

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF THOMÁS BAPTISTA ROCHA CORRÊA SOARES

UMA ANÁLISE DOS MÉTODOS DE EMPREGO E NÍVEIS DE RELACIONAMENTO
INTERAGÊNCIAS NO ÂMBITO DA MARINHA DO BRASIL NA OPERAÇÃO ÁGATA
CONJUNTA AMAZÔNIA 2023

Rio de Janeiro

2023

CF THOMÁS BAPTISTA ROCHA CORRÊA SOARES

UMA ANÁLISE DOS MÉTODOS DE EMPREGO E NÍVEIS DE RELACIONAMENTO
INTERAGÊNCIAS NO ÂMBITO DA MARINHA DO BRASIL NA OPERAÇÃO ÁGATA
CONJUNTA AMAZÔNIA 2023

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) DANIEL DAHER RODRIGUES

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

AGRADECIMENTOS

À minha amada esposa Eliane e ao meu querido filho Enzo Gabriel pela compreensão e pelo apoio incondicional diante das ausências para o esforço de pesquisa.

Aos meus pais, pelos caros exemplos de honestidade e comprometimento e ensinamentos. Pelo amor e dedicação durante toda a minha vida.

Ao Capitão de Mar e Guerra (RM1) Daniel Daher Rodrigues, meu orientador, pelas orientações seguras, valiosos conselhos e observações. Pela paciência e sabedoria a mim transmitidas durante toda a travessia até o porto seguro.

À Escola de Guerra Naval, pelo acolhimento e oportunidade de ascensão intelectual ao longo deste ano.

RESUMO

Neste trabalho abordamos as teorias de Strickler e Atkinson como base para a pesquisa e futura comparação com a realidade. Mostramos a preocupação com a faixa de fronteira pelo Estado, bem como a implementação de políticas, leis, planos e programas que redundaram na criação e na manutenção das Operações Ágata Conjuntas as quais, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, são coordenadas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, em que participam, além das Forças Armadas, as agências pertencentes ao Comitê Executivo contido no Programa de Proteção Integrada de Fronteiras. Manifestamos a operação Ágata Conjunta Amazônia que ocorreu entre maio e junho de 2023, citando o local de operação, meios empregados, ações realizadas, e métodos de interação e relacionamentos entre as agências participantes e a Marinha do Brasil, inserida no Comando Conjunto Uiara. Com base na teoria e dispendo da aplicação prática da operação de 2023, efetuamos comparações entre os métodos de interação de Atkinson e os níveis de maturidade Strickler com os acontecimentos reais do planejamento e da execução da operação, para respondermos à questão se no âmbito da Marinha do Brasil o método como foram empregadas as Forças Armadas e as agências, na Operação Ágata Conjunta 2023 na Amazônia Ocidental, e se o nível de maturidade entre elas, atenderam ao propósito que foi instituído no Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o de repressão aos delitos transfronteiriços. Concluímos que eles atenderam ao propósito, porém foram apontadas falhas de aprofundamento nas relações interagências e da não inclusão das agências na Estrutura do Estado-Maior Conjunto na operação, gerando redução ao acesso às informações as que poderiam trazer melhores resultados à operação.

Palavras-chave: Relações interagências. Acesso à informação. Métodos de emprego. Nível de maturidade. Operação Ágata Conjunta 2023.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura do Estado-Maior Conjunto.....	86
Figura 2 – Lanchas Aruanã	87
Figura 3 – Organização por Tarefas do Comando Operacional.....	88
Figura 4 – Dragas e estruturas de apoio ilegais queimadas e destruídas	89
Figura 5 – Inteligência, Reconhecimento e Vigilância	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz de Maturidade de Coordenação Interinstitucional	54
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN –	Agência Brasileira de Inteligência
CDIF –	Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira
CENSIPAM –	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
ChEM –	Chefe do Estado-Maior Conjunto
COE –	Companhia de Operações Especiais
Com Op –	Comandante Operacional
ComFlotAM –	Navais do Comando da Flotilha do Amazonas
EB –	Exército Brasileiro
EMCFA –	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EMCj –	Estado-Maior Conjunto
FAB –	Força Aérea Brasileira
FA –	Forças Armadas
FUNAI –	Fundação dos Povos Indígenas
GSIPR –	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
HU-91 –	1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral do Noroeste
IBAMA –	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio –	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IVR –	Inteligência, Vigilância e Reconhecimento
MB –	Marinha do Brasil
NAsH –	Navio de Assistência Hospitalar
NPaFlu –	Navio de Patrulha Fluvial
PEF –	Plano Estratégico de Fronteiras
PM-AM –	Polícia Militar do Estado do Amazonas
PPIF –	Plano de Proteção Integrada de Fronteiras
SISFRON –	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	DEFINIÇÕES ELEMENTARES E REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	Definições elementares	11
2.2	Referencial teórico	12
2.2.1	Teoria de Strickler	12
2.2.2	Teoria de Atkinson	15
2.2.3	Análise de complementaridade entre as duas teorias	17
3	O APARATO DO ESTADO PARA A PROMOÇÃO DE AÇÕES INCISIVAS E COORDENADAS NAS FAIXAS DE FRONTEIRA E ÁGUAS INTERIORES	19
3.1	O Plano Estratégico de Fronteiras	21
3.2	O Programa de Proteção Integrada de Fronteiras	23
4	OPERAÇÃO ÁGATA	27
4.1	Histórico das Operações Ágata	27
4.2	Operação Ágata Conjunta Uiara 2023	28
5	COMPARAÇÃO ENTRE A TEORIA E A REALIDADE	37
6	CONCLUSÃO	45
	REFERÊNCIAS	47
	ANEXO A – Matriz de Maturidade de Coordenação Interinstitucional	54
	ANEXO B – Entrevistas	55
	Entrevista nº 1	55
	Entrevista nº 2	60
	Entrevista nº 3	63
	Entrevista nº 4	70
	Entrevista nº 5	78
	Entrevista nº 6	81
	ANEXO C – Estrutura do Estado-Maior Conjunto	86
	ANEXO D – Lanchas Aruanã	87
	ANEXO E – Organização por Tarefas do Comando Operacional	88
	ANEXO F – Dragas e estruturas de apoio ilegais queimadas e destruídas	89
	ANEXO G – Inteligência, Reconhecimento e Vigilância	90

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia Ocidental brasileira possui áreas urbanas muito distantes e dispersas, em que o nível de infraestrutura econômica é precário e a presença do Estado é baixa. Com isso, ocorre o recrudescimento das atividades criminosas com ramificações além da divisa nacional, as quais, na maioria do tempo, são combatidas por órgãos do governo de forma singular e não integrada, necessitando esforços hercúleos, não limitando os ilícitos e ainda causando brechas que são exploradas por grupos criminosos, causadas porque órgãos governamentais e forças de segurança não agem de forma conjunta e coordenada.

Pare se combater as atividades ilícitas que ocorrem nessa região, constata-se que devido ao dinamismo e versatilidade com que as rotas do narcotráfico se alternam antes e após adentrarem no Brasil para garantir a entrega e o fluxo regular, aliados ao seu vulto global e não nacional, não só as atividades integradas e coordenadas de órgãos governamentais e forças de segurança de frequência regular seriam necessárias para coibir, controlar e combater os ilícitos, como também atores fronteiriços internacionais que possuam problemas similares deveriam agir na mesma intensidade, proporcionalidade e constância, causando um efeito sinérgico para a mitigação do tráfico de drogas na região amazônica.

Ademais, numa tentativa de regionalização e de eficácia no combate de ilícitos que surgem nas fronteiras da Amazônia brasileira, faz-se mister adotar como estratégia nacional, e de países vizinhos, o maciço desenvolvimento e a consolidação significativa da presença do estado nas áreas marginais amazônicas para se ter efetividade na luta contra os ilícitos transfronteiriços, trazendo como consequências prováveis a sua mitigação ou neutralização.

Assim, o Brasil na tentativa de coibir tais ações, criou em 2011 o Plano Estratégico de Fronteira (PEF) com o intuito de prevenir, controlar, fiscalizar e reprimir os delitos transfronteiriços e os ilícitos praticados na faixa de fronteira brasileira. Teve, dentre outros resultados, a implantação da Operação Ágata e da Operação Sentinela.

Dessa feita, o propósito desta pesquisa será avaliar, no âmbito da Marinha do Brasil, se o método como foram empregadas as Forças Armadas, no âmbito desta Força e das agências na Operação Ágata Conjunta 2023, na Amazônia Ocidental e se o nível de maturidade, atendem ao propósito que foi instituído no Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o de repressão aos delitos transfronteiriços.

Para o atingimento desse propósito, no capítulo dois apresentaremos algumas definições consideradas elementares ao passo que faremos a exposição das teorias de Strickler e Atkinson, finalizando com uma breve comparação entre elas.

No capítulo três, explicitaremos o aparato do Estado para a promoção de ações incisivas e coordenadas nas faixas de fronteira e águas interiores, no qual faremos ressalvas à criação do Plano Estratégico de Fronteiras, sua revogação e a implementação do Programa de Proteção Integrado de fronteiras, pontuando as melhorias em relação ao documento antecessor.

No capítulo quatro, abordaremos a Operação Ágata Conjunta 2023 na Amazônia Ocidental transcrevendo uma ideia geral da operação em si e as relações mútuas de âmbito geral, da Marinha do Brasil, inserida no Comando Conjunto e das demais agências ao nível operacional e tático, desde o planejamento até a fase de reversão das tropas.

O confronto entre a teoria e a realidade será exposto no capítulo cinco. A partir da teoria avaliaremos os níveis de maturidade entre as agências e se o método de emprego entre os órgãos participantes da Operação Ágata Conjunta 2023 converge para o resultado almejado.

E para concluirmos, o capítulo seis abrangerá as pautas mais relevantes dos capítulos de desenvolvimento respondendo ao final à arguição constante no propósito.

Assim, abordaremos no próximo capítulo as teorias de Strickler e Atkinson, que no decorrer da pesquisa científica, nos indicarão hiatos em nossos conhecimentos acerca da realidade e servirão como referenciais comparativos e explicativos para os resultados obtidos. Abrangeremos também algumas definições elementares para uma melhor compreensão sobre o objeto de estudo.

2 DEFINIÇÕES ELEMENTARES E REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo transcreveremos conceitos basilares para a compreensão da pauta da pesquisa científica e aprofundaremos as teorias de Strickler, em seus níveis de maturidade, e Atkinson, em suas iniciativas de atividades e de emprego interagências para a obtenção de resultados.

2.1 Definições elementares

Com o intuito de realizar uma abordagem plena sobre as Operações Ágata Conjunta realizada na Amazônia Ocidental em 2023, faz-se mister a elucidação de alguns termos pertinentes e basilares para o desenvolvimento do trabalho.

Segundo o manual de “Operações Interagências” (BRASIL, 2017), agências são organizações, instituições ou entidades, fundamentadas em instrumentos legais e/ou normativos, que têm competências específicas, podendo ser governamentais ou não, militares ou civis, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

O termo interagências deriva de uma parceria sinérgica de esforços de órgãos governamentais e não governamentais, estruturados para abarcar objetivos políticos e estratégicos de interesse nacional, harmonizando culturas e esforços diversos como resposta a problemas complexos, adotando ações consistentes e coerentes (BRASIL, 2017).

Operação Interagência será o principal termo a ser compreendido e analisado para desenvolvimento deste estudo. Dessa forma é de suma importância citarmos sua definição à luz do manual de “Operações Interagências”:

Interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. (BRASIL, 2017).

Diante dos esclarecimentos supracitados, com precípuo objetivo de facilitar o aprofundamento da pesquisa, daremos entrada no próximo tópico deste capítulo, o qual

versará sobre o referencial teórico, alicerce para o estudo, e onde abordaremos as teorias de Strickler e Atkinson.

2.2 Referencial teórico

A caracterização da cooperação interagências sempre se mostrou amplamente subjetiva e seletiva. Pontuar tais encontros como ruins, regulares ou excelentes, podem fazer afixar um rótulo descritivo e pouco ajudar a comparar, compreender e analisar os esforços de coordenação da agência (STRICKLER, 2010).

Para tal, Ted Strickler (2010) vislumbrou um modelo de avaliação de interações entre agências conhecido como Teoria de Maturidade Interagências de Strickler, onde a partir dele tornou-se capaz de mensurar os níveis de sofisticação e refinamento interagências.

O teórico Atkinson (2002) apresentou um estudo sobre o trabalho multiagência envolvendo profissionais da Educação, Serviço Social e de setores de saúde e das autoridades locais. O relatório desse estudo incluiu a análise e a discussão dos diferentes tipos de atividades multiagências, a razão para o seu desenvolvimento, o envolvimento de agências e de indivíduos, assim como suas funções e antecedentes profissionais, o impacto de suas atividades e os desafios e fatores-chave para o seu sucesso.

Diante do exposto, o estudo se baseou nas teorias de Strickler e Atkinson, pois são referenciais que nivelam a maturidade das interagências e orientam o emprego de diversas agências, almejando os resultados positivos e específicos e que se encontram alinhados ao objeto de estudo desse trabalho. Sendo assim, essas teorias serão abordadas a seguir.

2.2.1 Teoria de Strickler

Sua teoria aborda os níveis de maturidade interagências, expressos em básico, elementar, intermediário e avançado. Ela analisa os diferentes esforços de cooperação interagências de cada elemento básico de contribuição geral para os níveis de maturidade, que

se apresentam sob a forma de critérios (relacionamento, compartilhamento de informações, metas, atitude e processos de interação) que são graduados de acordo com características e peculiaridades preconizadas para cada nível de maturidade interagências.

Esses dados são apresentados dentro de uma matriz de Maturidade de Coordenação Interinstitucional na qual os critérios dos elementos básicos de contribuição geral apresentam-se horizontalizados na parte superior e os vários níveis de maturidade, do básico ao avançado, aparecem verticalizados (STRICKLER, 2010), de acordo com o QUADRO 1 (ANEXO A).

Essa teoria permite uma abordagem mais uniforme, estruturada e refinada para a avaliação das interações das agências e das tentativas de coordenação (STRICKLER, 2010).

Conforme Strickler (2010), ao que tange à graduação dos níveis de maturidade (que se encontram verticalizados na Matriz de Maturidade de Coordenação Interinstitucional) das interações dos diferentes órgãos o nível básico de interação ocorre quando as agências fazem apenas algumas consultas às outras. O nível elementar se dá quando efetivamente existe um início de uma cooperação entre as agências. No nível intermediário, já existe além da cooperação, uma coordenação, ou seja, uma melhor organização das ações. O nível avançado, ocorre quando há colaboração, ou seja, um envolvimento mais aprofundado.

Diante dos elementos básicos da tabela de Nível de Maturidade, frente ao primeiro critério, relacionamento interagências, quando há um mínimo de relacionamento, o nível de maturidade é considerado básico. Quando já existe um relacionamento pessoal entre os componentes das agências, o nível de maturidade se eleva para elementar. Quando as relações são estabelecidas organizacionalmente, considera-se um nível intermediário de maturidade. E por fim, quando existe uma relação interagência consolidada institucionalmente, o nível de maturidade é considerado avançado (STRICKLER, 2010).

Para esses relacionamentos descritos em termos de profundidade, do básico ao avançado, Strickler (2010) cita que o básico pode ser definido como uma simples troca inicial de cartões de visita e o avançado caracterizado por reuniões presenciais regulares semanais ou mensais.

Ao que concerne o acesso às informações ou o seu compartilhamento, segundo o critério básico que contribui para o nível de maturidade, seus níveis podem ser situados entre básico, no qual elas são restritas, com *briefings* limitados às específicas ações em andamento. Elementar, quando existam trocas de informações, embora limitadas, para não causar conflitos entre as operações, e que corroborem para que as agências permaneçam fora do caminho

uma das outras, não causando interferências. Intermediário, quando as agências estão dispostas a compartilhar seus planos futuros para se obter apoio mútuo. Avançado, quando o fluxo de informações dá apoio ao ciclo completo de planejamento e às operações integradas (STRICKLER, 2010).

A troca de informações ou o compartilhamento de informações, de acordo com Strickler (2010), é um pilar fundamental dos esforços cooperativos. O compartilhamento de informações em um nível básico é menos abrangente, tem pouca estrutura e é de natureza episódica. Isso é caracterizado por informações geralmente sendo solicitadas caso a caso e não sendo regularmente ou voluntariamente transmitidas. As organizações que interagem dessa maneira geralmente o fazem de forma independente e à distância próxima.

Por outra ótica, um nível mais avançado de compartilhamento de informações enfatiza o fornecimento de informações sobre planos futuros, eventos e intenções com o intuito de sincronizar vários esforços para atingir um objetivo comum. Esse tipo de compartilhamento de informações é caracterizado por comunicações abertas, frequentes e bidirecionais e visa ir além de uma disponibilização de um subsídio da mera consciência situacional do que cada participante está fazendo no momento (STRICKLER, 2010).

À luz de Strickler (2010), diante de uma maior estruturação e um maior formalismo, esse fluxo de informações eleva a propensão de disposição de outras agências em acreditar e confiar nos dados recebidos e de compartilhar informações análogas e na mesma medida.

Com relação às metas das agências em operação, terceiro critério e elemento básico que contribui para o nível de maturidade, quando elas são independentes e frequentemente conflitantes, encontram-se no nível básico. Quando são independentes, mas conscientes das metas das outras agências, tornam-se elementares. Quando as metas são independentes, porém alinhadas com as outras, passam a um nível intermediário, e quando as metas são iguais, se sobrepõem e se reforçam em ambas as agências, se elevam ao nível avançado de maturidade (STRICKLER, 2010).

No que concerne às atitudes das agências, o quarto critério é o elemento básico que contribui para o nível de maturidade, Strickler (2010) transcreve que quando elas são auto absorvidas, ou seja, tendem a desconfiar ou a rejeitar o feedback das outras, encontram-se no nível básico, quando são amigáveis e prestativas, ascendem para o nível elementar. No momento em que a relação de amizade passa a ser essencial, o nível se torna intermediário. E

no período em que as agências passam a não fazer nada mais sozinhas sem o apoio ou cooperação da outra, o nível se eleva para avançado.

Conforme os ensinamentos de Strickler (2010) no que afeta ao processo interagências, quinto elemento básico que contribui para o nível de maturidade geral, quando ele é esporádico, ou seja, quando a ocorrência não observa nenhuma lei de frequência, a maturidade é básica. No momento em que o processo ocorre com certa frequência, porém sem estruturação, encontra-se no nível elementar. Quando o processo de interação é organizado, o nível é considerado intermediário. No momento em que o processo interagência tornar-se sistemático, ele se encontrará no nível avançado.

Diante da discussão por quase uma década para que fossem melhoradas as formas de cooperação interagências e após a difusão do pensamento teórico de Strickler, constata-se que para qualquer terminologia empregada ou adotada para auxiliar a análise do processo, já existem ingredientes suficientes e essenciais para uma coordenação interagência bem-sucedida e que esses elementos já são amplamente reconhecidos e bem compreendidos (STRICKLER, 2010).

2.2.2 Teoria de Atkinson

A teoria de Atkinson (2002) apresenta diferentes modelos de iniciativas que foram classificadas de acordo com o tipo de atividade multiagência envolvida, centradas no propósito principal ou no objetivo do trabalho conjunto, tais quais, grupos de tomada de decisão, consultoria e treinamento, entrega baseada em centro, entrega coordenada e entrega da equipe operacional.

O trabalho conjunto classificado como grupo de tomada de decisão tem como objetivo principal proporcionar um fórum de debate onde os profissionais de distintas agências podem se reunir para discutir e tomar decisões. Essas deliberações tendem a ter o foco no nível estratégico, porém espera-se que impactem indiretamente no nível operacional (ATKINSON *et al.*, 2002).

Nesse tipo de atividade, Atkinson (2002) cita que ocorrem trocas bidirecionais de informações, em que representantes de agências além de trazer os conhecimentos de suas

respectivas agências para debates em fóruns com a finalidade de futuras tomadas de decisão, devolvem a suas próprias agências temas ou questões das discussões de suas reuniões, realimentando os debates dentro da própria instituição ou organização.

Para as iniciativas de Consultoria e Treinamento, o principal objetivo da atividade multiagência é aprimorar os conhecimentos de terceiros, transmitindo treinamento e consultoria, o que geralmente ocorre no nível operacional. Isso indica uma transferência significativa de conhecimentos de profissionais de uma agência para outra, por diversos motivos. Supostamente um deles seria por razão de limitações de recursos. Ao transmitir-lhes essas ferramentas, podem se envolver menos com certas questões e esperar que outra agência com esses conhecimentos necessários absorvidos, alcancem maiores e melhores resultados para suas pautas por muitas vezes lidar com públicos maiores ou ter melhores condições financeiras para aplicá-los (ATKINSON *et al.*, 2002).

Embora para esse tipo de iniciativa haja uma transferência ou uma troca bidirecional de conhecimento e de compreensão, Atkinson (2002) divulga que uma agência é considerada provedora e a outra receptora.

No que afeta a entrega baseada em centro, o principal objetivo com atividade multiagências é reunir uma gama de conhecimentos em um único lugar com o intuito de oferecer um serviço mais abrangente e coordenado (ATKINSON *et al.*, 2002).

De acordo com Atkinson (2002), ao localizar profissionais de diferentes agências em uma base central, a troca de informações e as discussões entre elas, assim como as ideias, fluem de forma facilitada, além de tornar o contato mais acessível com os clientes devido à localização centralizada. Todos angariam conhecimentos das funções de membros de outras organizações e são capazes de oferecer uma abordagem e um serviço mais coordenado, mesmo que não possam entregar conjuntamente serviços aos clientes.

Na iniciativa de Entrega Coordenada, semelhante à entrega baseada em centro, o principal objetivo é reunir uma série de agências envolvidas na prestação do serviço para que uma solução ou resposta mais coesa e coordenada possa ser implementada. Nesse tipo de iniciativa, o objetivo é alcançado com a nomeação de um coordenador que detém a responsabilidade de reunir os serviços (ATKINSON *et al.*, 2002).

O coordenador oscila entre o nível estratégico e o operacional, enquanto a ação ou a entrega pelos profissionais da agência ocorrem no nível operacional. Outra característica dessa iniciativa é que os profissionais de diferentes agências têm contatos limitados com os de outras

agências, porém as informações são compreendidas e são recebidas de outros órgãos através de links com o coordenador (ATKINSON *et al.*, 2002).

Como mostra Atkinson (2002), essas iniciativas são empregadas geralmente para projetos de grande escala com coordenadores que frequentemente esperam reunir o trabalho de muitos grupos profissionais e têm oferecido uma forma de coordenar uma gama de serviços generalizados para que uma abordagem multiagência mais coesa seja estabelecida.

Para a entrega da equipe operacional, o objetivo precípua das iniciativas estabelece que profissionais de agências distintas trabalhem juntos dia a dia, formem uma equipe sólida, coesa e diversificada que entregue os serviços diretamente aos clientes (ATKINSON *et al.*, 2002).

Ao se observar a peculiaridade dessa iniciativa, Atkinson (2002) mostra que os profissionais envolvidos nessas equipes trabalham juntos e gozam de estreita proximidade para fornecer serviços aos clientes. Como consequência, há uma troca de habilidades, conhecimentos e ideias entre todos os atores envolvidos e seus papéis tornam-se muito menos distintos do que em outros modelos de iniciativas.

Face ao exposto, constata-se que Atkinson tendeu a observar os resultados de cada iniciativa interagências com o intuito de absorver conhecimento dos melhores estilos de concatenação de equipes para certos objetivos vislumbrados.

2.2.3 Análise de complementaridade entre as duas teorias

Ao efetuar uma avaliação entre as teorias de Strickler e Atkinson constata-se que, Strickler direciona o seu estudo para a análise do nível de maturidade interagências baseado em critérios por ele estabelecidos, ou seja, avalia a profundidade da contribuição de cada agência no que concerne ao relacionamento interagências, ao compartilhamento de informações, às metas das agências, às atitudes das mesmas e aos processos de interação, objetivando o sucesso das relações interagências, através de um estreitamento de laços, elevação de compromissos e comprometimento por parte das agências participantes.

Por outro lado, Atkinson se preocupou em observar e evidenciar diversas iniciativas de interações entre agências com finalidades específicas, tais quais grupos de tomada de decisão,

consultoria e treinamento, entrega baseada em centro, entrega coordenada e entrega da equipe operacional, efetuando julgamento sobre as tendências dos resultados e colhendo assim lições para que sejam aplicadas com efetividade em prol de objetivos específicos.

De forma complementar, enquanto uma teoria avalia a profundidade das relações interagências, a outra busca compreender e aplicar a melhor estrutura organizacional para o emprego de relações interagências, ambas perseguindo um resultado bem-sucedido por ocasião das interações.

Concluída a abordagem do referencial teórico, basilar para o estudo em progresso, o próximo capítulo versará sobre o respaldo que o Estado implantou para que as agências possam promover ações incisivas e coordenadas nas faixas de fronteira e águas interiores.

3 O APARATO DO ESTADO PARA A PROMOÇÃO DE AÇÕES INCISIVAS E COORDENADAS NAS FAIXAS DE FRONTEIRA E ÁGUAS INTERIORES

Nesse capítulo abordaremos as iniciativas do Estado brasileiro em proteger suas fronteiras terrestres, águas interiores e seus nacionais dos ilícitos oriundos de Estados vizinhos e de municípios internos limítrofes cuja carência do governo é sentida pela população. Iniciativas estas que se traduziram em leis, políticas, decretos e operações, e que nada mais são do que a exclusividade do uso da força pelo poder político para combater os males, reverter a perversão e manter a sua soberania.

Ao que tange as nossas fronteiras, o artigo 20 do parágrafo segundo da Constituição Federal (BRASIL, 1988) exorta a relevância da extensão que vai até 150 quilômetros, a partir do limite que demarca o território brasileiro, englobando todas as fronteiras terrestres. Esta é por nomenclatura chamada de Faixa de Fronteira sendo considerada de suma importância para a defesa nacional e por isso sua utilização e ocupação são estabelecidas e regulada em lei.

Quanto ao emprego limitado da força, a Lei Complementar 97 norteia as atribuições subsidiárias das Forças Armadas (FA), e em seu Art. 16-A, no qual preconiza que as FA devem atuar por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos ambientais e transfronteiriços, em coordenação com outros órgãos do Poder executivo ou isoladamente, com execução de ações de prisões em flagrante delito, revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves e patrulhamento (BRASIL, 1999).

Em complemento aos embasamentos jurídicos que convergem para as intenções e ações federais contra os crimes que extrapolam as fronteiras nacionais, a Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2005) revisada em 2012, 2018 e 2020, enfatiza que as fronteiras brasileiras requerem atenção especial por estar ligadas a países vizinhos, ocasionando uma integração e uma aproximação de regiões devido ao tráfego de bens, mercadorias e pessoas, do mesmo modo que nelas ocorrem atividades ilícitas de natureza transnacional. Assim, segundo a própria Política Nacional de Defesa, a porosidade e a permeabilidade exigem uma atuação coordenada entre órgãos de segurança pública e de defesa e uma afinada cooperação entre os países limítrofes, além de uma sólida e permanente vigilância.

Já a Estratégia Nacional de Defesa, no que concerne aos objetivos nacionais de defesa para garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial, mais especificamente na estratégia de incremento da presença do Estado nas diversas regiões do país, expressa a necessidade de se aumentar a colaboração e a contribuição de diferentes setores do governo para prover maior integração, desenvolvimento e proteção da região Amazônica com outras regiões do país (BRASIL, 2020f).

Nesse mesmo documento, quando se fala em promover a integração regional, cita os mútuos esforços que os países da América do Sul devem fazer para resolver problemas comuns através da criação de parcerias estratégicas, intensificação da cooperação e de intercâmbio militar, o que segundo Procópio (2005) não ocorre, pois quando os países vizinhos buscam segurança humana na Amazônia, raramente tem atuado coletivamente (BRASIL, 2020f).

Procópio (2005) enaltece a cooperação internacional e a julga como chave para o sucesso. Orienta que essa seria a medicação correta para um problema de caráter global, o narcotráfico.

Permeando ainda o campo da Estratégia Nacional de Defesa, que foi atualizada em 2016, em seu objetivo afeto a assegurar a capacidade de defesa para o cumprimento das missões constitucionais das forças armadas, no que concerne ao dimensionamento da área de defesa, destaca a intenção de incremento das capacidades das Forças Armadas pela atuação em operações interagências, ao mesmo tempo que elas devem contribuir para prevenir e enfrentar organizações criminosas transnacionais (BRASIL, 2008b, 2012, 2020f).

A partir dessa gama de preocupações e fruto da primeira edição da Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008b), visando reforçar a presença do Estado na faixa de fronteira e contribuir com suas ações, foi criado o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), por iniciativa do Exército brasileiro. Sistema este que abrange o sensoriamento e apoio à decisão, e tem a concepção de assegurar o fluxo contínuo de dados da força terrestre, elevar a capacidade de monitoramento das regiões de fronteiras e propiciar confiabilidade e precisão de informações para a tomada de decisão, contribuindo assim para o combate dos crimes ambientais e transfronteiriços (BRASIL, 2020a).

Cabe salientar que a intenção de seu emprego será utilizá-lo duplamente, tanto nas operações de guerra, com as FA operando de forma conjunta, quanto em operações interagências, auxiliando às instituições governamentais participantes (BRASIL, 2020a).

Ademais, após observarmos a cautela do Estado em relação à faixa de fronteira e adjacências, objetivando a garantia da defesa nacional, de seus nacionais e com o combate aos crimes transfronteiriços, evoluiremos para a abordagem do produto consolidado desse emaranhado de políticas, leis e decretos, o então Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) e o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF).

3.1 O Plano Estratégico de Fronteiras

Mais especificamente, desde junho de 2011, orientado para o fortalecimento da presença do Estado nas áreas de fronteiras com dez países vizinhos, foi estabelecido e posto em prática pelo governo federal, o Plano Estratégico de Fronteiras (BRASIL, 2011a).

Com atuações integradas, através de ações e esforços conjuntos com diversos órgãos estatais, com o fim de combate e da prevenção aos delitos transfronteiriços, dentre os quais se incluem preponderantemente a entrada de drogas e de armas no país, seus resultados foram significativamente positivos e encontravam-se alinhados com os objetivos estipulados pelo plano (BRASIL 2011a).

A exemplo do sucesso inicial, de junho a novembro de 2011, as operações mobilizaram doze ministérios e vinte e seis órgãos públicos tendo sido apreendidas 115 toneladas de drogas na faixa de fronteira, um aumento de quatorze vezes em relação aos cinco primeiros meses do ano (BRASIL, 2011b; DEFESA, 2011).

O Plano Estratégico de Fronteiras quando de sua implementação, englobava duas operações, a Sentinela e a Ágata. A primeira sob responsabilidade do Ministério da Justiça com a atuação das Polícias Federais, Rodoviárias Federais e Força Nacional de segurança, orientada para as ações de investigação e de inteligência, enquanto que a segunda, chefiada pelo Ministério da Defesa, encabeçada episodicamente pela Marinha, Exército e Aeronáutica e, destinada a atuar com ações em pontos nevrálgicos da fronteira, sob a égide do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), (BRASIL, 2011a).

O Ministro da Defesa na época da implementação do PEF ressaltava que ocorriam as Operações Ágata, o crime se retraía, devido à atuação e à presença das Forças Armadas na região, o que favorecia a atuação e as apreensões das Polícias Rodoviária Federal e Federal

posteriormente, pois quando se encerrava a operação, automaticamente havia um recrudescimento de ilícitos, visando satisfazer à demanda reprimida (BRASIL, 2011b).

Segundo Sá (2023), tanto a retração da criminalidade no momento da Operação quanto o seu avanço em alta intensidade posteriormente ainda ocorre. Citou que em 2021, em ações sucessivas e coordenadas com a Colômbia, onde cada Força se encontrava de um lado da fronteira, a retração com um posterior crescimento dos ilícitos para atender a demanda reprimida também ocorreu.

Embora inicialmente bem-sucedido quanto aos resultados, em 2015 o Tribunal de contas da União efetuou uma auditoria em três momentos e apontou algumas oportunidades de melhorias e verificou diversas discrepâncias no Plano Estratégico de Fronteira quantos aos aspectos de Coordenação e Coerência, Participação, Capacidade Organizacional e Recursos, Monitoramento e Avaliação, Gestão de Riscos e Controle Interno, e Accountability¹ (AMORIM, 2021; BRASIL 2015b; BRASIL, 2016c).

Como algumas melhorias exaltadas, o TCU pontuou a necessidade de estabelecimento de acordos intragovernamentais para que se pudessem atuar em diversos locais do Estado, com a inserção e o entrelaçamento de organizações nacionais e locais, com diretrizes nacionais, e exigiu o estabelecimento de integração com os países limítrofes em prol de um apoio mútuo para a resolução do problema comum, o que poderia acarretar em consequências como a equalização e a substituição de ordenamento legal (BRASIL, 2016c).

Dentro da pauta de Coordenação e Coerência, as discrepâncias foram orientadas para melhorias no compartilhamento, aspectos esses que envolviam ineficiência na troca de recursos e de informações interagências. Ainda sobre o mesmo tema, no que se referia à liderança, verificou-se uma indefinição de responsabilidades e de papéis para diversas funções estabelecidas. A articulação afetada por motivos institucionais, políticos ou funcionais, também foi criticada nessa vertente (BRASIL, 2016c).

No quesito *Accountability*, não se constatou dispositivos para proporcionar uma prestação de contas acerca da política relacionada às fronteiras que demonstrassem a devida transparência para justificar as estratégias de emprego dos órgãos envolvidos (BRASIL, 2016c).

No que versava sobre à Gestão de riscos e o Controle Interno, segundo o parecer do TCU, foi constatado respectivamente a ausência de um sistema de gestão de riscos, para avaliar

¹ Termo em inglês utilizado para referenciar uma gama de práticas utilizadas pelos gestores para prestar contas e se responsabilizar pelas ações (ACCOUNTABILITY..., 2023).

os impactos nas ações que poderiam vir a afetar os objetivos do Estado, e a inexistência de periodicidade e de formalização das análises de desempenho conjunto das agências do governo. E por fim, quanto ao Monitoramento e à Avaliação, verificou-se o dever de refinar instrumentos para aguçar o interesse da opinião pública, certificando-se da certeza da compreensão e da serventia da divulgação das informações pela sociedade (BRASIL, 2016c).

Pelos diversos apontamentos emitidos pelo Tribunal de Contas da União em 2015, o Plano Estratégico de Fronteira foi revogado em 2016² a partir da implementação do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, que corrigiu as lacunas outrora indefinidas, e que será abordado a seguir (TEMER..., 2016).

3.2 O Programa de Proteção de Integrada de Fronteiras

Após melhoramentos efetuados como consequência das críticas emitidas pelo Tribunal de Contas da União, o programa para o fortalecimento do controle, da fiscalização, da prevenção e da repressão aos delitos transfronteiriços, chamado Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, foi estabelecido pelo decreto número 8.903 de 16 de novembro de 2016, em substituição ao Plano Estratégico de Fronteiras (BRASIL, 2016a; TEMER..., 2016).

Desde a sua implementação e com o intuito de prover maior grau de integração entre membros de entidades públicas e órgãos, e de transferir às ações das agências envolvidas maior articulação e agilidade, nos anos de 2019³ e de 2022⁴, o Presidente Jair Messias Bolsonaro também fez alterações no texto do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras de 2016, as quais serão aqui abordadas (BRASIL, 1988, 2022d).

As diretrizes do PPIF orientam a integração e a cooperação com os países limítrofes, aliado a uma atuação de forma coordenada e integrada por parte de organismos municipais, estaduais e federais, com o objetivo de robustecer o controle, a fiscalização e a repressão de infrações penais e administrativas de cunho transfronteiriço (BRASIL, 2016a).

² BRASIL, 2016a.

³ BRASIL, 2019.

⁴ BRASIL, 2022a.

Corrigindo um dos equívocos primordiais do PEF, que não possuía uma centralização e uma coordenação entre o Ministério da defesa e o Ministério da Justiça, o governo observou a importância de uma governança centralizada e criou o comitê executivo para o PPIF, no qual sua coordenação ficou a cargo da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança nacional, órgão subordinado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR), (BRASIL, 2016a; FIGUEIREDO, 2017; TEMER..., 2016).

Embora o PPIF de 2016 já viesse a corrigir as falhas do PEF apontadas pelo TCU, incluindo, por exemplo, o compartilhamento de informações entre seus membros, em 2022 ao se constatar o recrudescimento dos ilícitos nas fronteiras e a expansão das organizações criminosas, o governo percebeu o dever de elevar a capacidade de resposta do Brasil, com atitudes à altura da conjuntura amazônica estabelecida. O emprego das agências e dos órgãos foram ampliados, passando a expandir também seus respectivos deveres afetos à segurança da fronteira, complementados pela atuação interagências (BRASIL, 2022a; 2022d).

Dessa forma, o comitê executivo que já contava com a Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional, a Agência Brasileira de Inteligência, o Comando da Marinha, o Comando do Exército, o Comando da Aeronáutica, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, o Departamento Penitenciário Nacional, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria de Operações Integradas, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Secretaria-Geral das Relações Exteriores, foi dilatado em 2022, sendo incorporados o Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano e a Secretaria de Defesa Agropecuária, tornando assim o comitê mais robusto (BRASIL, 2022d).

Os órgãos supracitados nada mais eram do que representantes do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, do Ministério da Defesa, do Ministério da Economia, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Desenvolvimento Regional e do Ministério da Agricultura. O número atual de membros bem com suas capacidades, quando comparado ao PEF, que abarcava apenas a atuação e a integração das Forças Armadas, da Secretaria da Receita Federal e dos órgãos de segurança pública, refletem a busca do Estado em elevar o nível de coordenação, através do GSIPR, e expandir os ramos de atuação e ampliar os efeitos sinérgicos de respostas do Estado frente à multiplexação dos ilícitos transfronteiriços (BRASIL, 2011a, 2019, 2022a, 2022d).

A inclusão do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano, alinha-se com o pensamento de Andrade e Camargo (2018) apud Couto (2020b) que afirma que a consolidação do desenvolvimento local como uma forma de estratégia social, econômica e política contribuiria para prescindir as atividades ilícitas.

Corroborando ainda mais com esta linha de pensamento, o Estado à época, inseriu no PPIF a autorização legal para que os membros do comitê executivo buscassem articulações com a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (CDIF)⁵, agregando valor ao plano, que de maneira assertiva acreditava no efeito sinérgico entre o aumento da presença do Estado na região de fronteira, com o emprego de políticas públicas de segurança e de implementações políticas atreladas ao desenvolvimento da educação, do saneamento, da economia, dos empregos, da renda, dentre outros (BRASIL, 2016a, 2020g).

Espera-se então, que essas ações convergentes venham a eliminar as vulnerabilidades socioeconômicas, as quais fomentam e cooptam a sociedade para o crime na região, e prover resultados substanciais e positivos (BRASIL, 2011a, 2020g, 2022a).

Por outro lado, mas permeando as inclusões de aspectos positivos, a inserção no PPIF de medidas de integração com o Sistema Brasileiro de Inteligência, se tornou mais uma ferramenta preponderante para prover apoio aos decisores, num cenário interagências, tornando assim, o ambiente propício para aplicação de ações precisas de repressão a fim de degradar ou neutralizar o inimigo comum (FIUZA NETO, 2021).

Fruto das diversas melhorias significativas e alterações necessárias, hoje o PPIF em seu artigo 4º do PPIF deve prover:

- I – ações conjuntas de integração federativa da União com os Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, inclui as suas águas interiores, e na costa marítima;
 - II – ações conjuntas dos órgãos de segurança pública, federais e estaduais, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
 - III – compartilhamento de informações e ferramentas entre os órgãos de segurança pública, federais e estaduais, os órgãos de inteligência, a Secretaria da Receita Federal do Brasil e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas;
 - IV – implementação de projetos estruturantes para o fortalecimento da presença estatal na região de fronteira;
 - V – integração com o Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN; e
 - VI – ações de cooperação internacional com países vizinhos.
- (BRASIL, 2016a).

⁵ CDIF - Composta por oito Ministérios e coordenada pelo Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano.

Logo, o Plano Estratégico de Fronteiras ao evoluir para o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, dentro de suas concepções, gerou e manteve de pé a Operação Ágata, contemplada como um modelo de Operação Conjunta das Forças Armadas e Interagências, coordenada na área de fronteira, com a finalidade de reduzir os índices de criminalidade, neutralizar o crime organizado, prestar apoio à população nessa área e cooperar com os países limítrofes (BRASIL, 2020d).

Dessa forma, ao analisarmos de forma gradativa com que se concebeu e se sustenta a Operação Ágata desde 2011, faz-se mister atentar para o esforço que o governo tem empregado para a elaboração e a execução de políticas, leis, decretos, planos e programas, todos convergentes e orientados para o combate aos delitos transfronteiriços, ao passo que criou uma teia jurídica, doutrinária e informacional para amparar as ações, despertar atenção da opinião pública e canalizar os mais variados esforços e recursos para ser empregados contra algo extremamente maléfico para a saúde não só do Estado brasileiro, como da região amazônica que abriga diversos países limítrofes com mesmo inimigo comum. A Constituição Federal, as leis complementares, a política nacional de defesa, a estratégia nacional de defesa, e a implantação do PPIF, convergem para o cumprimento dos objetivos nacionais de defesa do Brasil.

No próximo capítulo iniciaremos uma abordagem geral da Operação Ágata Conjunta, e logo a seguir convergiremos para a Operação Ágata Conjunta 2023 na Amazônia, pontuando os principais aspectos positivos e negativos das relações de integração da Marinha, inserida no Comando Conjunto, com as demais agências.

4 OPERAÇÃO ÁGATA

Neste capítulo após uma breve introdução, abordaremos a Operação Ágata Amazônia 2023 – Comando Conjunto Uira, elencando o emprego e o relacionamento recíproco da Marinha do Brasil e as demais agências, tomando como referências as entrevistas dos militares que compuseram o Estado Maior Conjunto dessa Operação, ao passo que agregaremos históricos de posturas de operações dos três últimos anos visando a ter uma melhor percepção do assunto, para que ao final do capítulo seis possamos responder à questão se o método de emprego e o nível de maturidade interagências da Operação Ágata Conjunta e Interagências Amazônia 2023 tem atendido o propósito do PPIF, de reprimir os delitos transfronteiriços.

4.1 Histórico das Operações Ágata

Capitaneada pelo Ministério da Defesa e coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, desde 2011, a Operação Ágata é uma operação em que as Forças Armadas, como atividade subsidiária, empregam ações repressivas e preventivas, nas águas interiores e na faixa de fronteira onde executam patrulhamento fluvial e terrestre, inspeção nas principais vias e rios de acesso ao país, em veículos e em embarcações e na vigilância do espaço aéreo (BRASIL, 2020e, 2021a).

Além das Forças Armadas participam diversos ministérios e agências governamentais, tais quais, a Polícia Federal, órgãos de segurança pública dos estados e das regiões fronteiriças, Polícia Rodoviária Federal, Ibama, Agência Brasileira de inteligência, Receita Federal, Fundação Nacional do Índio, Força Nacional que de braços dados com a Marinha do Brasil, o Exército brasileiro e a Força Aérea brasileira operam, sob coordenação e orientação do EMCFA, à luz do fator surpresa e da inteligência (BRASIL, 2020e).

Nos níveis federal, estadual e municipal, os agentes dos diversos órgãos governamentais integram-se às Forças Armadas para contribuir com o planejamento e a execução. As diversas ações empregadas visam a reprimir ilícitos, fronteiriços, utilizando-se de

ações táticas para combater crimes ambientais, tráfico de armas, garimpo ilegal, descaminho, contrabando e o narcotráfico (BRASIL, 2020e).

Ao longo do ano ocorrem operações em diversos estados brasileiros. A exemplo de 2021, só no primeiro semestre 46 operações tinham sido planejadas, porém somente quatro foram Operações Conjuntas, as demais foram operações de cunho singular, ou seja, cada Força Armada promovia separadamente a sua operação, porém com a presença das agências (BRASIL, 2021b).

O *modus operandi* da Operação se dá com um trabalho inicial de inteligência entre as agências participantes com a intenção de orientar posteriormente o planejamento e a execução das ações nos locais de maior intensidade de ocorrência de ilícitos (BRASIL, 2021b).

Segundo Figueiredo (2017), o ano de 2017 foi o ponto de inflexão das Operações Ágata, pois a partir desse período, as operações que antes eram de longa duração, conjuntas e apenas nas faixas de fronteiras terrestres, passaram a ser mescladas entre Singulares e Conjuntas, pontuais, sem data prévia estabelecida e nem duração especificada (FIGUEIREDO, 2017).

4.2 Operação Ágata Conjunta Uiara 2023

De acordo com Amorim (2023), iniciada no mês de maio de 2023, a operação compreendeu três fases. O planejamento e ações preparatórias, a execução, dividida em desdobramento de meios e período decisivo, e a reversão.

Conforme ressaltado pelo General Akira, por ocasião de Operação Ágata Conjunta, de 2021, na fronteira Oeste do país, o levantamento de Inteligência se faz antes de iniciar a Operação com órgãos parceiros na tentativa de se obter dados relevantes para orientar as ações. Assim, à luz dos *modus operandi* da operação, a Ágata 2023 não se deve ter trilhado outro caminho (BRASIL, 2021b).

Segundo Amorim (2023), o Comando Conjunto Uiara, por ocasião da fase de planejamento foi estruturado com o Comandante Operacional (Com Op) no nível mais elevado, logo abaixo e diretamente subordinado, o Chefe do Estado-Maior Conjunto (ChEM) (FIG. 1, ANEXO C). Diretamente subordinado ao ChEM e horizontalmente niveladas havia as seções de Pessoal e Logística (D1/D4), de Inteligência (D2), de Operações (D3), de

Planejamento (D5), de Comando e Controle (D6), de Comunicação Social (D7), de Operações de Informação e Assuntos Cíveis (D8/D9) e de Administração Financeira (D10).

De acordo com Ferreira (2023), formalmente as agências foram convidadas a participar da operação pelo Comando Conjunto da Operação Uíara, que ficou a cargo da Marinha do Brasil, representado pelo Comandante do Comando do 9º Distrito Naval. O Comando Conjunto instalou-se no próprio Comando do 9º Distrito Naval, na cidade de Manaus-AM (ANEXO B – Entrevista nº 6).

De acordo com Moraes (2023) e Amorim (2023), as agências integrantes da operação foram a Marinha do Brasil (MB), o Exército Brasileiro (EB), a Força Aérea Brasileira (FAB), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), a Polícia Federal, a Polícia Militar do Estado do Amazonas (PM-AM), o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), a Fundação dos Povos Indígenas (FUNAI), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Secretaria de Saúde Indígena.

Cabe ressaltar que apenas a Marinha, o Exército e a Força Aérea se fizeram presentes na Estrutura do Estado Maior Conjunto, sediado no Com9ºDN, durante a fase de planejamento e execução, em que as participações das demais agências, ao longo desse período, se restringiram a duas reuniões de planejamento, uma de apresentação da Operação para à agência e a outra de coordenação interagências, estabelecidas no Comando do 9º Distrito Naval, com o intuito de colher e apresentar subsídios para prosseguir com planejamento. Na fase de execução, houve uma reunião de coordenação interagências para obtenção de informações sobre alvos e contatos de interesses que seriam explorados (AMORIM, 2023; OLIVEIRA, 2023).

Para Amorim (2023), ao nível Operacional, com o olhar da Seção de Planejamento D5, as relações interagências foram estritamente mínimas e profissionais, não havia vínculo pessoal ou relações de amizade prévias adquiridas, e complementou que no geral, o compartilhamento de informações se resumiu às reuniões supracitadas. Observou que, por parte das agências, não houve proatividade em transmitir as informações, apenas quando consultadas. Já por parte dos militares, demonstrou que havia certo receio em divulgar todas as informações, pois preocupavam-se com que elas não fossem devidamente resguardadas até a deflagração da Operação, degradando o efeito surpresa.

Com a visão da Seção de Inteligência D2, ao que tange às relações interagências no nível operacional e tático, devido à Marinha possuir excelente relacionamento e interação profissionais pregressos com a Superintendência da ABIN no Amazonas e com o CENSIPAM, isso facilitou o fluxo o compartilhamento de informações durante a fase de planejamento, porém às informações recebidas, embora acrescentassem valor não trouxeram novidades ao que já constava nos bancos de dados do Comando Conjunto. Adicionado a esse fato, cabe salientar que o tráfego de mensagens durante o planejamento fluiu normalmente pelo sistema eletrônico utilizado pelo Sistema Brasileiro de Inteligência. Adicionou que nenhuma outra agência além das supracitadas compartilharam informações (MARINHO, 2023).

Para Moraes (2023), sob a ótica da Seção de Operação de Informações e Assuntos Cíveis, a qual mantinha certo contato com agências, embora não fizessem parte da estrutura, sobre o compartilhamento de informações no nível operacional durante a operação entre o IBAMA e ICMBIO e as três Forças, MB, EB e FAB, foi classificado como proativo e observado que os integrantes dessas agências possuíam motivação em querer compartilhá-las, porém Ferreira (2023) alega que elas não foram de grande valia, e os dados já se encontravam nos bancos de dados das Forças e apenas confirmavam o que já era sabido, não era inédito para alterar a orientação do planejamento e as futuras ações táticas por parte da Força Naval Componente⁶ e demais Forças Componentes⁷. Por outro lado, essa proatividade na transmissão de conhecimentos não foi observada pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Amazonas, representada pela Companhia de Operações Especiais (COE), as quais não demonstraram interesses em compartilhá-las. Adicionado a esse fato, Moraes (2023) cita que não havia vínculos de amizade profissional com as agências supracitadas.

Em contrapartida, Sá (2023) explica que em 2021, na fase de planejamento, a PM-AM, representada pela Companhia de Operações Especiais, contribuiu sobremaneira com informações de inteligência e acrescentou que esse compartilhamento de informações se deu pelo relacionamento prévio construído e fortificado durante as Operações Ágata singulares, entre a MB e as agências, realizadas no decorrer de 2021 e de 2020. No que se referia as demais agências, com a exceção do EB, FAB e PM-AM, todas as demais não participaram do

⁶ Força Naval subordinadas ao Comandante Operacional.

⁷ Forças adjudicadas ao Comandante Operacional, representadas pela Força Terrestre Componente e Força Aérea Componente.

Estado Maior Conjunto, apenas coordenavam informações com a seção D9 para participar da fase de execução (SÁ, 2023).

Ainda no que concerne ao compartilhamento de informações, no tocante ao canal para que elas fluíssem, Moraes (2023) cita que o CENSIPAM colaborou provendo maletas para o fluxo de dados entre os meios da Força Naval Componente, local onde as agências se encontravam embarcadas, e o Comando Conjunto, o que permitiu, manter a consciência situacional da Área de Operações na fase de execução. Moreira acrescenta que o CENSIPAM também colaborou com imagens de sensoriamento remoto, úteis na identificação dos alvos.

Segundo Amorim (2023), ainda na fase de planejamento, ao que tange ao emprego naval, as agências foram convidadas a embarcar e, seguiram distribuídas nos meios da Marinha do Brasil por ocasião da execução da Operação. Todos os meios Navais do Comando da Flotilha do Amazonas (ComFlotAM) que se encontravam disponíveis, acrescido de duas aeronaves do 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral do Noroeste (HU-91) foram empregados. Foram eles o Navio de Patrulha Fluvial (NPaFlu) Raposo Tavares, o NPaFlu Pedro Teixeira, o NPaFlu Roraima, o NPaFlu Amapá, o NPaFlu Rondônia, o Navio de Assistência Hospitalar (NAsH) Oswaldo Cruz, o NAsH Carlos Chagas, o NAsH Doutor Montenegro.

Consoante com Amorim (2023), a Marinha do Brasil ao prover o embarque desses agentes nos navios, o apoio logístico e a segurança às atividades dos órgãos participantes enquanto executam ações relacionadas as suas atribuições. Sá (2023) afirma que o apoio se dá em virtude de a grande parte agências não terem condições logísticas robustas de transporte até a área de operações, bem como a dificuldade de permanência a grandes distâncias, o que torna evidentemente importante a continuidade das operações Ágata. Adicionalmente Moreira (2023) reporta que as agências tiveram total dependência logística dos meios das Forças Armadas.

As lanchas Aruanã, blindadas da marca DGS e de Ação Rápida, de acordo com Amorim (2023), também estiveram presentes na Operação (FIG. 2, ANEXO D). Embarcações destinadas a efetuar patrulhas, inspeções e transladar militares e agentes governamentais para efetuarem ações. Também estavam presentes (BRASIL, 2023), o Exército e a Força Aérea brasileira com seus meios, sendo um dos mais significativos e relevantes, as aeronaves de asa fixa da FAB, provendo informações de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (IVR). A contribuição das Forças Armadas fez um total de 7 navios, 8 embarcações e 10 aeronaves.

Conforme Ferreira (2023) e Amorim (2023), os meios e os militares da Marinha foram empregados dentro de uma Organização por Tarefas, sendo representadas, no nível tático, pela Força Naval Componente e pela Força Conjunta de Operações Especiais, com ações de Patrulha, Patrulhamento, Inspeção Naval, Reconhecimento, Assistência Hospitalar, Ação Cívico-Social e ações coordenadas com as agências (FIG. 3, ANEXO E).

A Operação Ágata Amazônia – Comando Conjunto Uicara, segundo Amorim (2023) e Ferreira (2023), ocorreu dentro do Teatro de Operações que compreendeu a área da região amazônica brasileira, delimitada em seu extremo norte pelo paralelo que passa pelo 6º Pelotão Especial de Fronteira de Pari-Cachoeira, ao sul, limitado pelo paralelo que corta a cidade de Coari, à leste pelo meridiano que corta o rio Demini na sua foz, ao norte de Barcelos – AM e, em seu extremo oeste, estendido até a fronteira com a Colômbia.

Conforme Ferreira (2023), os esforços interagências se deram em áreas focais de ilícitos, no rio Negro, acerca das cidades de São Gabriel da Cachoeira – AM, Santa Isabel do Rio Negro – AM e Barcelos – AM e no rio Japurá, nas proximidades das cidades de Maraã – AM e Japurá – AM.

Após o planejamento, deu-se início a fase de execução, dividida em desdobramento de meios e período decisivo. Por ocasião do desdobramento e com a intenção de mascarar o verdadeiro local de onde as ações efetivamente ocorreriam, adicionados à necessidade de prover apoio às comunidades necessitadas, dois meios da Marinha demandaram para a região da tríplice fronteira, mas especificamente Tabatinga-AM e Jutai-AM, ambas no rio Solimões, para empregar um NASH e um NPFLU em Assistência Hospitalar (ASSHOP), Patrulhamento, Patrulha e Inspeção Naval (AMORIM, 2023).

Prosseguindo-se com a fase de execução, durante o chamado período decisivo, a atuação do Comando Conjunto compreendeu as calhas dos rios Japurá e Negro, onde as agências participaram compondo as equipes operativas dos navios. Uma parte dos navios da Marinha seguiu para o rio Negro e a outra para o Japurá. Com o apoio das demais Forças Armadas efetuaram ações incisivas de Inteligência, Patrulha, Vigilância, Reconhecimento, conforme FIG. 4 (ANEXO F), em que o fator surpresa aliado às informações de inteligência foram cruciais e orientaram as ações interagências para a obtenção dos resultados atingidos, que permitiram a identificação e a destruição de elevado número de dragas do garimpo ilegal (AMORIM, 2023; FAN, 2023; FERREIRA, 2023).

O modo de emprego interagências nas ações durante a Operação, pode ser exemplificado quando o IBAMA, o ICMBio e a Marinha atuaram integrados nas equipes operativas. Enquanto a FAB provinha informações aéreas de Inteligência, a Marinha com sua capacidade de permanência prestava apoio logístico e escolta para que então o IBAMA e ICMBio efetuassem a queima e a destruição das dragas e das infraestruturas de apoio (AMORIM, 2023; MORAES 2023; MOREIRA 2023).

Adicionada a essa vertente o Vice-almirante Lobo, Comandante do Comando Conjunto destacou a importante interação da FAB para com a obtenção de informações de inteligência, vigilância e reconhecimento. Ao empregar suas aeronaves sobre as calhas do rio, foi possível identificar dragas, empurradores, e balsas de garimpo ilegal num dos braços do rio Japurá, rios Juami e Puruê. Com esse apoio também possibilitou a descoberta de pistas clandestinas, aeronaves e drogas homiziadas (BRASIL, 2023).

Corroborando com o que foi dito pelo Comandante Operacional, a partir de 2017 o novo conceito da Operação Ágata passou a ser baseado na inteligência e na surpresa, elementos cruciais para a obtenção de resultados positivos e significativos, que passaram a orientar e a nortear o planejamento e a execução das Operações (ALVARENGA; ALVES, 2023; FIGUEREDO, 2017).

De acordo com Amorim, a partir das de informações preponderantes das forças singulares MB, FAB e EB, o IBAMA, ICMBio, PM-AM e PF componentes das equipes operativas efetuavam as apreensões e as remetiam para os meios Navais. O que não podia ser transportado, por lancha ou helicóptero até o navio, no caso de elevada quantidade, no caso de drogas, era queimado no próprio local. No caso de Prisão de Pessoal, as pessoas eram escoltadas pelas equipes operativas até as delegacias das cidades próximas. Já a FUNAI, atuava a partir de apoio de embarcações da Marinha nas comunidades indígenas por ocasião da operação.

Sá (2023) também acrescentou que durante as Operações de 2020 e 2021 havia polêmica sobre a destituição das dragas entre agentes do IBAMA e PF com as Forças Armadas, pois não havia amparo nas regras de engajamento do Comando Conjunto, porém conforme Amorim essa polêmica não havia mais em 2023, mesmo porque as Forças Armadas como devem prestar apoio logístico às agências para que elas cumpram suas atribuições. Tanto que

dragas e estruturas de apoio foram destruídas pelos agentes do IBAMA a luz de decreto⁸ federal (FIG. 5, ANEXO G).

Algo reforçado por Amorim (2023) foi a importância das Forças Armadas, mas especificamente da Marinha, em apoiar os demais órgãos em suas atribuições de combate aos ilícitos na faixa de fronteira e águas interiores. Cita que uma das funções primárias da PF, pela Constituição Federal⁹ (BRASIL, 1988), é prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho. Já o Ibama (2022) exerce a função de polícia ambiental e tem o dever de inutilizar ou destruir instrumentos que degradam o ambiente, enquanto à PM-AM tem atribuição de policiamento ostensivo e de preservação da ordem pública em todo o território de estado. Dessa forma complementa-se com o exposto na Lei Complementar 97/99¹⁰ (BRASIL, 1999), que versa que a atribuição subsidiária da Marinha nesse cenário interagências é cooperar com os órgãos federais com apoio logístico, de inteligência, de comunicações, de instrução e de repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional.

Dessa forma ao que tange aos objetivos das agências, Ferreira (2023), Amorim (2023) e Henrique (2023) observaram na Operação que, embora com atribuições distintas, elas demonstraram ser complementares e seus objetivos encontravam-se alinhados para o cumprimento da missão, respeitando as doutrinas alheias. Nenhum interesse individual das agências se sobressaiu em relação ao interesse do Comando Conjunto. As agências extra Forças Armadas, apesar de proverem poucos recursos que contribuíssem com a operação, buscaram a sinergia de esforços para garantir bons resultados à missão. Segundo Sá (2023), historicamente, órgãos cujos interesses eram divergentes nem aceitavam o convite para fazer parte das operações.

Como resultados tangíveis desse grande apoio mútuo, findo do período decisivo, foram apreendidas 1.170kg de drogas, 480 kg de pasta base de cocaína, 50.000 litros de óleo diesel, 9kg de mercúrio e destruídas 51 dragas utilizadas no garimpo ilegal. Assim estimou-se um prejuízo de 158 milhões de reais às atividades criminosas (FERREIRA 2023).

Findo o período decisivo, iniciou-se então a fase de reversão na qual todo os meios empregados retornaram as suas bases, em junho de 2023.

⁸ Art. 111, do Decreto Federal nº 6.514/2008, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 2008a).

⁹ Art. 144 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

¹⁰ Art. 17, § V da Lei complementar 97/99 (BRASIL, 1999).

Dessa maneira, observa-se a complexidade de se elaborar uma operação interagências, que requer uma elevada capacidade de coordenação e comprometimento de todos os órgãos.

Observa-se que durante a fase de planejamento, no nível Operacional, os órgãos não participaram ativamente, havendo uma carência de interação entre as agências e o Comando Conjunto estabelecido, algo que poderia ter favorecido o bom vínculo entre seus representantes, a troca de experiências e doutrinas visando uma melhor coordenação nas atividades em conjunto e ao aumento do fluxo e de qualidade de informações atrelados à confiança estabelecida e ao melhor entendimento de quais informações seriam válidas para um planejamento. A não participação das agências leva a crer o grande receio das informações serem expostas após um árduo trabalho de inteligência, planejamento e execução, que por consequências trariam resultados pífios. Outro fato importante é que apenas as Forças Armadas contribuíram com informações inéditas e relevantes a serem empregadas nas Operações.

Já no nível tático as agências realmente interagiram de forma a cumprir a missão, mantendo suas distintas responsabilidades e atribuições, porém com objetivos e atitudes convergentes e alinhadas, cuja troca de informação apenas para a coordenação foi essencial. Enxerga-se por ocasião das Operações Interagências uma gradação das ações, complementação e transferência de responsabilidades. A Marinha proveu o apoio logístico da equipe operativa, garantiu a sua segurança até o local de atuação, e em segundo momento, as agências foram quem cumpriram as especificidades de suas atividades fim, sob os olhos das Forças Armadas.

Durante a operação, foi observado o grande esforço das Forças Armadas em apoiar as agências a executarem as suas funções primárias, que sem esse apoio, o traslado, a permanência de diversas equipes operativas em locais ermos e muito distantes de suas bases, a manutenção da consciência situacional, advindo de diversos sensores operados pelos militares se tornaria algo inexecutável, o que afetaria consideravelmente os resultados das demais agências operando de forma individual.

Assim, é notório que se faça mister a continuidade dessas ações capitaneadas pelas Forças Armadas, por possuírem mais recursos para o cumprimento da missão, as quais não poderão ser concluídas exitosamente sem a contribuição das demais agências.

No capítulo a seguir efeturemos uma comparação da teoria de Strickler e Atkinson com a realidade em que a Operações Ágata Conjunta 2023 se impôs, margeando os pontos de

acesso à informação, das relações, dos objetivos, das atitudes e dos processos Interagências, bem como o método empregado e as interações orientadas para se obter resultados específicos. O objeto da análise será a Operação Ágata Conjunta Uiara 2023, porém alguns históricos das operações de 2020 e 2021 enriquecerão a abordagem.

5 COMPARAÇÃO ENTRE A TEORIA E A REALIDADE

Neste capítulo abordaremos a Operação Ágata Amazônia 2023 – Comando Conjunto Uiara e efetuaremos uma análise comparativa com as teorias de Strickler e Atkinson no que tange aos níveis de maturidade, aos métodos de emprego, e as formas com que as agências interagiram para produzir resultados, diante da realidade que se impôs durante as fases da Operação de 2023. Alguns históricos nos auxiliarão nessa análise.

No tocante à fase de planejamento da Operação Ágata Conjunta 2023 ter sido coordenada pelas Forças Armadas, vem a ser consoante com o pensamento de Strickler (2010), pois como os recursos das demais agências dedicadas ao planejamento e à execução são ínfimos e escassos perto do que as Forças Armadas provêm e empregam efetivamente no âmago da Operação, dão a eles a responsabilidade do planejamento por padrão. Dessa forma, segundo Strickler (2010) a coordenação das operações se estabelece por quem tem a maior capacidade de recursos a serem empregados na Operação, como é o caso das Forças Armadas.

Permeando ainda o campo do planejamento, de acordo com Amorim (2023), faz-se mister observar que apenas a Marinha, o Exército e a Força Aérea se fizeram presentes na Estrutura do Estado-Maior Conjunto, sediado no Com9ºDN, no qual a participação das demais agências limitou-se a duas reuniões na fase de planejamento e uma na fase da execução. Exceto o EB e FAB, as demais agências participaram de forma presencial e ativa apenas na fase de execução e no nível tático.

O Exército e a Força Aérea demonstraram fortes relações institucionais com a MB, se integraram e interagiram de forma sólida durante toda a Operação, justificados por fazer parte do Estado-Maior Conjunto, operar constantemente juntos, ter laços de amizade, relações duradouras e por compor o Ministério da Defesa, segundo Amorim (2023).

A ABIN e o CENSIPAM, de acordo com Marinho (2023), encarregado da Seção de Inteligência, já possuíam excelentes relações profissionais com a Marinha antes da Operação. Mesmo com poucas interações presenciais no planejamento, ainda assim facilitaram o acesso às informações, afetos à inteligência. Com nenhuma outra agência isso ocorreu, alega Marinho.

Na visão de Moraes (2023), em 2023 não existiam vínculos profissionais aprofundados com o IBAMA, ICMBio, PM-AM, PF, FUNAI e Secretaria de Saúde Indígena, porém ele julgou

que as relações foram amistosas, por ocasião da fase de planejamento ao nível Operacional. Para ele, o IBAMA e o ICMBio, compartilharam informações de forma espontânea. Porém o acesso às informações da PM-AM e da PF não foi profícuo, mesmo que em 2020 e 2021 a PM-AM já tivesse tido fortes relações com a MB e repassado informações valiosas, segundo Sá (2023).

À luz da teoria de Strickler (2010), a partir dos fatos relatados nos quatros parágrafos anteriores, foram observados dois dos cinco elementos básicos constantes da Matriz de Maturidade de Coordenação Interinstitucional e que, influenciam diretamente no nível de maturidade. O primeiro foi as relações interagências e segundo, o acesso à informação.

Tomando-se por base a relação da Marinha com as demais agências, no nível operacional, para efeito de análise das relações interagências, ao que diz respeito ao planejamento e à execução, constatou-se que a maioria dos órgãos integrantes da operação, embora vinculada pelo Comitê Executivo do Plano de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)¹¹, não possuíam rígidas relações pessoais ou profissionais progressas, exceto a ABIN e o CENSIPAN. Fato agravado ainda mais pelas poucas interações na fase de planejamento, progredindo para um maior contato apenas no nível tático com equipes operativas formadas e em operação, mesmo assim com ínfimas relações, seguindo Amorim (2023).

Pelo exposto, ao se observar holisticamente as relações entre a Marinha, inserida no Estado-Maior Conjunto (EMCj), e as demais agências, ao se avaliar de forma geral, foi evidenciado um nível mínimo de relações ao nível operacional, que em primeiro plano, contribuíram para um nível de maturidade básico interagências em que as interações se basearam em consultas entre as agências, sob o prisma da teoria de Strickler (2010). No nível tático, segundo Amorim (2023), com a mesma percepção, como não existia uma amizade prévia ou vínculos profissionais dos componentes para se estabelecer alguma confiança, depreendeu-se daí o grau mínimo de relações e básico de maturidade, de acordo com Strikler (AMORIM,2023; STRIKLER 2023).

A exemplo, em 2021, na Operação Ágata Conjunta, Sá (2023) revela que as relações eram sólidas e pessoais com a Companhia de Operações Especiais (COE) da PM-AM, isso

¹¹ Comitê que se reúne trimestralmente ou de forma ordinária para tratar de diversos assuntos (a nível estratégico), dentre eles formular e submeter à apreciação dos Ministros de Estado propostas de ações de articulação com os órgãos e as entidades que compõem a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira e com outras instituições que executem ações para o desenvolvimento socioeconômico e para a integração fronteiriça, no âmbito de suas competências (BRASIL, 2016a).

ocorreu em virtude de amizade estreitada pelas Operações Águas Singulares daquele mesmo ano e de 2020. Isso fortaleceu o grau de confiança entre as duas instituições, sendo então o COE, a única agência convidada a participar de toda a fase de planejamento na estrutura do Estado Maior Conjunto.

Outro item que Sá (2023) acrescenta é a importância dos resultados intangíveis, no que se refere à diplomacia, em proveito das Operações como Águas Singulares ou Conjuntas ou até a Operação BRACOLPER¹², nas quais Brasil, Colômbia e Peru estão presentes operando nos rios da Amazônia e visitando os respectivos países em suas datas comemorativas de independência. Ele cita, que enquanto Chefe da Seção de Operações do Comando do 9º Distrito Naval entre 2020 e o primeiro semestre de 2022, aplicava e exortava o estreitamento de laços entre membros das instituições, visto que essas atitudes geravam um elo de confiança mútua e facilitavam os demais estágios das operações presentes e futuras.

As pautas supracitadas encontram-se completamente alinhadas com a teoria de Strickler (2010), já que ele orienta que o processo de relações pessoais, no âmbito interagências, deve começar em algum lugar e geralmente se inicia com um relacionamento pessoal, como era a aproximação entre o Chefe de Operações do Com9ºDN e o Comandante do COE em 2020 e 2021. Strickler acrescenta que devido às frequentes mudanças de pessoal no Estado, principalmente nas agências militares e civis, conforme o caso do Chefe de Operações do Com9ºDN, deixando a função em 2022, elas tornam-se difíceis de ser duradouras, impactando diretamente na criação e na manutenção da confiança, o que é um fator relevante em todas as atividades interagências, pois rígidas relações pessoais criam um ativo de elevado valor.

Dessa forma o ensinamento de Sá (2023) se funde com o pensamento de Strickler no que concerne ao modo como os integrantes das agências devem proceder visando agregar confiança para uma posterior troca de informações espontâneas.

Transpassada a análise das relações interagências, o acesso à informação no nível Operacional foi outro ponto importante diagnosticado. De acordo com Amorim (2023), partir de uma estrutura de EMCj estabelecida, com a possibilidade de se fazer presentes representantes das demais agências ao longo desse período, por meio do Centro de

¹² Operação que ocorre anualmente entre os meses de julho e setembro, onde as Marinha do Brasil, Peru e Colômbia operam juntas nos rios da Amazônia e visitam os portos de cada país em suas datas de comemorativas de independência.

Coordenação Civil-Militar¹³, sob a égide do Manual de Operações Interagências (BRASIL, 2017), durante todo o período da operação, esse canal foi limitado a apenas duas reuniões presenciais durante a fase de planejamento e uma na de execução. Fato que limitou o compartilhamento de informações com as demais agências, excluindo Exército e Força Aérea, porque, segundo Ferreira (2023) havia sólido canal para o fluxo de informações direta entre as Forças Armadas, cujos dados permutados foram os únicos de extrema relevância, segundo Moreira (2023).

Adicionado ao debate acima, Amorim (2023) alega que as informações transmitidas pelo Comando Conjunto visavam apenas a reduzir os conflitos entre às agências não componentes do EMCj e para que não houvesse interferências. Afirmou ainda, que não havia nenhuma estrutura de comunicação direta, a nível Operacional, com as agências durante o planejamento e a execução. Moraes e Marinho (2023) afirmam que por ocasião do planejamento o ICMBio, IBAMA e CENSIPAM embora limitados mantiveram a troca e o acesso às informações nas poucas reuniões e durante a fase de execução, a partir da banda satelital de comunicações de alguns navios, das malas satelitais do CENSIPAM, ou até mesmo por celular convencional, porém havia forte dependência das Forças Armadas para canalizar seus dados. Já ABIN através do Correio Eletrônico do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) manteve o EMCj municiado de informações para a operação.

A partir desses fatos, segundo Strickler (2010), visualiza-se que, quando o fluxo de informação é suportado por todo o ciclo de planejamento e execução, fato que ocorreu entre o Comando Conjunto e o ICMBio, IBAMA, CENSIPAM e ABIN essas relações foram colaborativas, atingindo um nível de maturidade avançado, ao passo que com a Polícia Federal e a PM-AM, a informação compartilhada apenas serviu para reduzir os conflitos e não haver interferências, a qual se classificou como cooperativa, observando-se aí um grau de maturidade elementar. Adicionalmente vale salientar que de acordo com o Plano de proteção Integrada de Fronteira se habilita as agências integrantes do Comitê Executivo a trocarem informações entre si (BRASIL, 2016a; 2020b).

Ao migrarmos para a teoria de Atkinson (2002), na qual ele observa a forma de interação entre as agências para prover um determinado resultado, observamos que no nível operacional do Comando Conjunto, o modelo multiagência adotado foi o baseado em entrega

¹³ Subseção adjudicada a seção de Operações Psicológicas (D9).

coordenada, em que várias agências foram reunidas por ocasião das reuniões, com a designação de um coordenador, representado pelo Comandante Operacional, com a responsabilidade de reunir os serviços diferentes e entregá-los mais coesos e coordenados. O coordenador opera entre o estratégico e o operacional, porém suas entregas são feitas no ambiente operacional. Ainda nesse modelo, Atkinson exorta que as agências díspares têm contatos limitados umas com as outras, porém conhecem as funções das demais por links emitidos pelo coordenador. Para Atkinson, essa seria a forma de se coordenar uma ampla gama de serviços generalizados conduzidos para o estabelecimento de uma abordagem multiagência mais coesa.

Ao ser citada a formação das equipes operativas, por Amorim (2023), e que os mesmos eram empregados, no que se referiu à Marinha, para prover segurança e dar apoio logístico, para que as agências embarcadas pudessem cumprir suas atividades primárias, percebe-se então, que quando ocorre a alteração do nível operacional para o tático na Operação Conjunta Uiara, a classificação de iniciativa, citada por Atkinson (2002), altera-se da iniciativa Baseada em Entrega Coordenada, que ocorrem permeando o nível estratégico e operacional, para Entrega da Equipe Operacional, nas quais se espera que profissionais de diferentes agências operem juntos por determinado período de tempo, tendo como consequência, uma equipe homogênea e rígida, cuja proximidade de trabalho fornece ações necessárias ao cumprimento da missão, e acabam por compartilhar habilidades, conhecimentos, entendendo assim o papel das outras agências e tornando-os menos distintos do que os outros tipos de entrega. Fato que ocorreu com as equipes operativas dos Navios Patrulha Fluviais empregadas nas calhas dos rios Japurá e Negro, as quais integravam diferentes agências para uma finalidade específica e para objetivos comuns.

Partindo-se para a análise dos objetivos das agências, de acordo com Ferreira (2023), Amorim (2023) e Moraes (2023), no que afetou a Operação Ágata 2023, todos são uníssonos em dizer que embora com atribuições distintas, as Forças Armadas e as demais agências possuíam objetivos mútuos e reforçadores.

Sá (2023) explica que em 2020 e 2021, as agências também possuíam o mesmo sentimento de buscar um objetivo comum para gerar resultados tangíveis. Alerta que conflitos de pequeno grau eram gerados devido a disputas pelas responsabilidades das apreensões, porém isso não causava dano ao sucesso da operação.

Ao recorrermos à teoria de Strickler (2010) para investigar esses fatos, observamos que quando os objetivos das agências são mútuos e reforçadores, eles elencam que se atingiu o nível avançado de maturidade, em que as ações interagências são empregadas em colaboração umas com as outras, fato observado por ocasião da Operação Ágata Amazônia 2023.

Ao que se refere às atitudes das agências na operação, um dos cinco elementos, que medem a maturidade interagências, ao se avaliar os relatos de Amorim (2023) constata-se que sem a Marinha as agências não teriam condições de se deslocar a grandes distâncias e lá permanecer, longe de suas bases e em locais ermos para efetuar a destruição das dragas ilegais. Por outro lado, como a destruição das dragas ilegais não se encontra previsto nas regras de engajamentos das operações, as Forças Armadas não poderiam efetuar-la, segundo Sá (2023). Dessa feita, conforme Strickler (2010), quando as agências não conseguem agir sozinhas, sem o apoio das demais, fato constatado no nível dessa operação, são alcançados níveis avançados de maturidade interagência e de colaboração.

E por fim, ao mensurarmos o nível em que se encontra o processo interagências, observamos que seu emprego se faz estruturado por decreto¹⁴. A Operação Ágata surgiu a partir da criação do Plano Estratégico de Fronteira, com entrada em vigor, por decreto¹⁵, em 2011, e posteriormente foram impressos melhoramentos ao plano culminando com a implementação do PPIF, em 2016. Com esse ato, atribuiu a sua coordenação ao Gabinete de Segurança Institucional do Presidente da República, incluiu diretrizes e objetivos ao programa, orientou quais agências participariam do Comitê Executivo, delimitou o modo como deveria ser a participação dos estados e municípios, inseriu os prazos para entrega de relatórios de acompanhamento e estabeleceu limite para ser votada a periodicidade das reuniões e deliberações do Comitê (BRASIL, 2011a, 2016a).

O Manual de Operações Interagências foi elaborado para orientar o planejamento e a execução das operações interagências, na qual a Operação Ágata se insere. A partir daí observa-se que existe um forte processo sistêmico por traz da elaboração, execução e articulação entre as agências participantes, complementada por uma periodicidade para a ocorrência desses eventos. Dessa forma, segundo Strickler (2010) quando o processo passa a ser sistemático, ele acaba por atingir o nível avançado de maturidade interagências, cuja forma

¹⁴ BRASIL, 2016a.

¹⁵ BRASIL, 2011a.

de se articular as ações para o desenvolvimento das Operações Ágatas se eleva para o estágio de colaboração.

Dessa forma ao referenciar-se as teorias de Strickler e Atkinson, conseguimos graduar os níveis de maturidade entre as agências ao passo que também se obteve enquadramentos sobre algum dos tipos de iniciativas, chamados de métodos de emprego, para a entrega de um resultado específico ou produto.

Centrada nas relações da Marinha do Brasil com as demais agências, excluídas às Forças Armadas, no que concerne à teoria de Strickler, constatamos que por ocasião da Operação Ágata 2023 os níveis de relações interagências de uma forma geral não tiveram o aprofundamento que deveriam, ou seja, os representantes das agências não possuíam elevados graus de aproximação com os demais, talvez por ter operado pouco com aquela agência e não ter conhecimento de seus representantes, ao mesmo tempo que não teve a oportunidade de evoluir esse estreitamento de laços para um nível pessoal de cooperação para que posteriormente atingissem um nível institucional de colaboração. De forma mais específica observa-se que a ABIN e o CENSIPAM possuíam relações mais sólidas e duradouras do que as demais. No caso da ABIN, devido à rígida estrutura e à dependência com a Marinha do Brasil de coletarem dados e cambiar informações, impôs uma boa aproximação um tanto quanto obrigatória. Já o CENSIPAM, a aproximação ocorreu pelo fato de produzir conhecimento de imagem e dispor de comunicação satelital extremamente necessários aos meios e ao Estado Maior do Com9ºDN. De forma que estes estreitamentos se deram, de forma compulsória ou não, por aproximações entre representantes e que perduram até hoje.

O que se observa é que muitas aproximações e sólidos vínculos são quebrados com as mudanças de funções, tanto nos cargos militares quanto nas demais agências extra Forças Armadas. Logo, tudo que foi construído se perde, como se constatou, com a degradação do estreitamento de laços da Marinha com o COE com a saída do então Chefe de Operações no Comando do 9º Distrito Naval entre 2020 e 2022.

Com a quebra do relacionamento aprofundado, se as agências que se relacionam não forem bem rígidas quanto às normas e às doutrinas que orientam e possibilitam as trocas de informação, como é o caso da ABIN, CENSIPAM, EB e FAB, vide a Operação Ágata Conjunta 2023, este fluxo é quebrado com o arrefecimento do relacionamento. Ou seja, apenas com um sistema rígido e formal de elaboração e transmissão de informação, possibilita a continuidade da sua fluidez.

No geral o acesso às informações para a avaliação da Operação Ágata ocorreu com poucas oportunidades disponibilizadas pelo Comando Conjunto, e aliado aos baixos níveis de relacionamentos gerais, esse elemento foi entregue a sorte por ocasião da operação. Variou do nível elementar ao avançado, pura e simplesmente, já que as instituições que obtiveram os maiores níveis tivessem estrutura rígidas na transmissão de informações e devido ao bom relacionamento gerado em períodos anteriores.

Quando se deriva para Atkinson, avaliamos que as iniciativas para as ações propostas tanto a nível operacional se adequam à teoria, como é o caso da iniciativa Baseada em Entrega Coordenada, com intuito de tornar coeso um grande grupo multiagência sob a condução de um coordenador. O que também foi visto ao nível tático, foi a Entrega da Equipe Operacional com a soma de esforços de diferentes agências trabalhando juntas e convergindo para, mesmo que a um nível mínimo, uma fortificação, troca de habilidades, conhecimentos e ideias, tornando-as menos desiguais para a entrega de resultado, fato este observado pelas equipes operativas dos navios.

Portanto, o próximo capítulo, a conclusão, versará sobre a visão holística de todo o trabalho de pesquisa, condensado a partir da análise e entrelaçamentos de dados de todos os capítulos na tentativa de responder se o método de emprego e a maturidade das Operações Ágata Conjuntas na Amazônia Ocidental atendem ao propósito de reprimir os delitos transfronteiriços.

6 CONCLUSÃO

A finalidade desse trabalho foi avaliar se o método como foram empregadas as Forças Armadas, no âmbito da Marinha do Brasil, e as agências na Operação Ágata Conjunta 2023, na Amazônia Ocidental, e se o nível de maturidade atende ao propósito que foi instituído no Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o de repressão aos delitos transfronteiriços.

O desenho de pesquisa se baseou em um estudo comparativo entre realidade, a Operação Ágata Conjunta 2023 e as teorias, de Strickler e Atkinson quanto ao nível de maturidade e o método de emprego interagências para se chegar à resposta da questão proposta.

Visando atingir o propósito do trabalho foi dividido em seis capítulos. No capítulo um abordamos a título de introdução, os problemas oriundos da faixa de fronteira e que adentram o nosso território. Procuramos transmitir que é um problema do Brasil e de todos os países vizinhos limítrofes e amazônicos. Embora seja um problema comum a seus vizinhos, o Brasil já iniciou a sua parte, implantando planos e programas, culminando na Operação Ágata, a qual envolve a Marinha, as Forças Armadas e demais agências.

Migrando para no capítulo dois, apresentamos as teorias de Strickler e Atkinson. Ao abordar Strickler mostramos os cinco elementos essenciais que gradua a maturidade interagências, suas relações, o acesso à informação, os objetivos das agências, as atitudes das agências e os processos interagências. Ao apresentamos a teoria de Atkinson, revelamos as cinco distintas estruturas organizacionais envolvendo as agências em prol de diferentes objetivos de entrega e resultados.

No capítulo três acompanhamos o caminho do governo na observação e na criação de leis, Políticas e Estratégias, e na implementação de Planos e Programas para amparar e coordenar legalmente as ações, a exemplo da Operação Ágata, despertar atenção da opinião pública e canalizar os mais variados meios e recursos para que sejam empregados contra algo maléfico e comum não só ao Estado brasileiro, como aos seus vizinhos limítrofes amazônicos. Abordamos assim, aspecto da Constituição 1988, da Lei complementar 97/99, da Política Nacional de Defesa, da Estratégia Nacional de Defesa, do Plano Estratégico de Fronteira, culminado na implementação do Programa de proteção Integrada de Fronteira, todos relacionados, com a repressão e a prevenção contra os crimes transfronteiriços.

O capítulo quatro versou sobre Operação Ágata Conjunta Amazônia 2023, evidenciando as fases da operação, o Teatro de Operações, os meios empregados, a forma como foram empregados, as relações interagências, a realidade do acesso às informações, os alinhamentos de objetivos e as atitudes convergentes. Buscamos descrever como foram estruturados o Comando Conjunto, empregadas as equipes operativas para atingir o propósito da missão da operação e quais foram os resultados tangíveis da operação.

No capítulo cinco examinamos o confronto entre a realidade que se impôs à Operação Ágata Conjunta Amazônia 2023 às teorias de Strickler e Atkinson, no qual conseguimos mensurar os níveis de maturidade entre a Marinha do Brasil e as agências ao mesmo tempo em que conseguimos obter os enquadramentos das aplicações do Comando Conjunto e das Equipes Operativas à luz de Atkinson para a entrega de um resultado mais coordenado e coeso. Assim, constatamos que os relacionamentos interagências estiveram aquém do nível de maturidade esperado por Strickler, gerando muitas vezes imbróglios ao acesso às informações.

Por conseguinte, ao respondermos se o método como foram empregadas as Forças Armadas, no âmbito da Marinha do Brasil, e as agências na Operação Ágata Conjunta 2023, na Amazônia Ocidental e se o nível de maturidade atende ao propósito que foi instituído no Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o de repressão aos delitos transfronteiriços, dividiremos a resposta em duas partes, uma abordando o método de atividades empregado e outra, o nível de maturidade identificado. Quanto ao método utilizado, no nível operacional e tático, embora a iniciativa de entrega coordenada tenha atendido ao propósito, foi degradada ao excluir as demais as agências da Estrutura do Estado-Maior Conjunto. Sobre o nível de maturidade, embora tenha atendido ao propósito em quatro dos cinco elementos, falhou apenas no elemento relações interagências, por não aprofundar as relações com as demais agências ou após tê-las, não as manter. Esse quesito degradado ao nível básico, influenciou no elemento seguinte, o acesso à informação, cujo câmbio de informações por parte de algumas agências poderia ter sido mais promissor, no planejamento e na execução, pois a medida em que as relações se estreitassem, o nível de confiança aumentaria e as informações fluiriam.

Portanto, as relações interagências devem ser aprofundadas por meio de reuniões periódicas e maior participação nas operações, bem como as demais agências devem integrar ao nível operacional, a estrutura do Estado-Maior Conjunto.

Por fim, visando estudos futuros, faz-se mister o acompanhamento da evolução dos níveis de relacionamento e do grau de participação das agências, ao nível Operacional.

REFERÊNCIAS

ACCOUNTABILITY: entenda o que significa e qual a importância desse conceito nas empresas! **PontoTel**, São Paulo, 23 maio 2023. Disponível em: <https://www.pontotel.com.br/accountability/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ALVARENGA, Mariana; ALVES, Raquel. Operação Ágata: ações das Forças Armadas somam R\$ 71,3 milhões em apreensões de drogas e prejuízo ao garimpo ilegal. **Ministério da Defesa**, Brasília, DF, 25 maio 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/operacao-agata-acoes-das-forcas-armadas-somam-r-71-3-milhoes-em-apreensoes-de-drogas-e-prejuizo-ao-garimpo-ilegal>. Acesso em: 03 jul. 2023.

AMORIM, Charles Reis de. Manaus, 01 jul. 2023. Entrevista concedida a Thomás Baptista Rocha Corrêa Soares.

AMORIM, Charles Reis de. **Operações interagências na Amazônia**: uma nova concepção de planejamento militar em apoio à repressão aos crimes ambientais e transnacionais nos rios transfronteiriços da região. 2021. Dissertação (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2021.

ANDRADE, Isabel de Oliveira; CAMARGO, Raphael Lima. Segurança e defesa nacional nas fronteiras brasileiras. In: PÊGO, Bolívar; MOURA, Rosa. (org.). **Fronteiras do Brasil**: uma avaliação de política pública. Brasília: IPEA/Ministério da Integração Nacional, 2018. v. 1. *apud* COUTO, Aiala Colares O. Fronteiras e estrutura espacial do narcotráfico na Amazônia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 365-388, 2020b.

ATKINSON, M. *et al.* **Multi-agency working**: a detailed study. Slough: National Foundation for Education Research, 2002.

BARROS, Marcelo. Operação Ágata Uira: Forças Armadas iniciam ações na fronteira do Brasil, Peru e Colômbia. **Defesa em Foco**, Maceió, 31 maio 2023. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/operacao-agata-uiara-forcas-armadas-iniciam-acoes-na-fronteira-do-brasil-peru-e-colombia/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 3897, de 24 de agosto de 2001. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 164-E, p. 66, 27 ago. 2001.

BRASIL. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 142, n. 125, p. 5, 1 jul. 2005.

BRASIL. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 140, p. 1, 23 jul. 2008a.

BRASIL. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 247, p. 4, 19 dez. 2008b.

BRASIL. Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011. Institui o Plano Estratégico de Fronteiras. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 110, p. 1, 9 jun. 2011a.

BRASIL. Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016. Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 220, p. 1, 17 nov. 2016a.

BRASIL. Decreto nº 9.818, de 3 de junho de 2019. Altera o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 106, p. 2, 4 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 11.273, de 5 de dezembro de 2022. Altera o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, que institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 228, p. 2, 6 dez. 2022a.

BRASIL. Decreto legislativo nº 373, de 2013. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 83, de 2012 (Mensagem nº 323, de 17 de julho de

2012, na origem). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 187, p. 1, 26 set. 2013.

BRASIL. Departamento de Polícia Federal. **Drogas apreendidas por UF**: série histórica de 1995 a 2022 (até junho). Brasília, DF: Departamento de Polícia Federal, 13 jul. 2022b. Disponível em: https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/estatisticas/diretoria-de-investigacao-e-combate-ao-crime-organizado-dicor/drogas_apreendidas_por_uf.pdf/view. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. Exército. Escritório de Projetos. **Integrando capacidades na vigilância e na atuação em nossas fronteiras**. Brasília, DF: EPEx, 2020a. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Força Aérea Brasileira. **Operação Ágata**: FAB emprega ações de inteligência, vigilância e reconhecimento na Amazônia. Brasília, DF: Força Aérea Brasileira, 31 maio 2023. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/imprime/40877/OPERA>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 137, n. 109-E, p. 1, 10 jun. 1999.

BRASIL. Marinha. **Operação “Ágata Amazônia” é encerrada na região da Tríplice Fronteira**. Brasília, DF: Marinha do Brasil, 19 maio 2021a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/operacao-agata-amazonia-e-encerrada-na-regiao-da-triplice-fronteira>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Comitiva do Ministério da Defesa acompanha ações da Operação conjunta Ágata na fronteira oeste do país**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 08 abr. 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/comitiva-do-ministerio-da-defesa-acompanha-acoes-da-operacao-conjunta-agata-na-fronteira-oeste-do-pais>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de operações conjuntas – MD30-M-01**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020b. v. 1.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de operações conjuntas – MD30-M-01**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020c. v. 2.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**: Brasil 2020. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020d. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operação Ágata**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020e. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/operacoes-conjuntas/operacao-agata>. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Operações interagências**: MD33-M-12. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020f. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria normativa nº 9/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016**. Aprova o Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01. 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Proteção das fronteiras**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 08 jun. 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/protecao-das-fronteiras>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Resultados do Plano Estratégico de Fronteiras são positivos, avalia vice-presidente**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 03 nov. 2011b. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/protecao-das-fronteiras>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Relatório de atividades da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – 2019-2020**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2020g. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/desenvolvimento-regional-urbano/RelatorioAnualCDIF2_12.01.2021.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano. Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano. Coordenação-Geral de Gestão do Território. **Ata da XIX Reunião Ordinária da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira - CDIF**. Brasília, DF:

Ministério do Desenvolvimento Regional, 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/desenvolvimento-regional-urbano/AtadaXIXReuniaoOrdinariadaCDIF.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Gabinete de Segurança Institucional. **Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)**. Brasília, DF: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, 10 jan. 2020h. Disponível em: <https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/programa-de-protecao-integrada-de-fronteiras-ppif-1>. Acesso em: 14 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Decreto atualiza o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras**. Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República, 06 dez. 2022d. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2022/dezembro/decreto-atualiza-o-programa-de-protecao-integrada-de-fronteiras>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Processo TC 020.053/2015-0 - Acórdão 1995/2016**. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, 2016c. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordacompleto/1995%252F2016/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACOR%2520DAOINT%2520desc/0/%2520>. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **TCU avalia governança em ações de faixa de fronteira**. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, 10 set. 2015. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-avalia-governanca-em-aco-es-de-faixa-de-fronteira.htm>. Acesso em: 25 maio 2023.

CONSEQUÊNCIAS das drogas: entenda o real perigo do uso de drogas. **Hospital Santa Mônica**, São Paulo, 5 ago. 2019. Disponível em: <https://hospitalsantamonica.com.br/consequencias-das-drogas-entenda-o-real-perigo-do-uso-de-drogas/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

COUTO, Aiala Colares. Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira. **Confins**, France, n. 44, 2020a. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/25852#quotation>. Acesso em: 14 jun. 2023.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. Um problema de fronteiras: a Amazônia no contexto do narcotráfico. **Revista Perspectiva Geográfica**, Cascavel, v. 6, n. 7, 2011.

COUTO, Aiala Colares O. Fronteiras e estrutura espacial do narcotráfico na Amazônia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 365-388, 2020b.

DEFESA – resultados do Plano Estratégico de Fronteiras são positivos. **Defesanet**, Porto Alegre, 15 dez. 2011. Disponível em:

<https://www.defesanet.com.br/fronteiras/noticia/4007/defesa-resultados-do-plano-estrategico-de-fronteiras-sao-positivos/>. Acesso em: 30 jun. 2023.

FAN, Ricardo. FAB emprega ações de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento na Amazônia. **Defesanet**, Porto Alegre, 01 jun. 2023. Disponível em:

<https://www.defesanet.com.br/aviacao/noticia/1052255/fab-emprega-acoes-de-inteligencia-vigilancia-e-reconhecimento-na-amazonia/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

FERREIRA, Leonardo Faria. Manaus, 05 jul. 2023. Entrevista concedida a Thomás Baptista Rocha Corrêa Soares.

FIGUEREDO, Safira Maria de. **Operação Ágata**: o poder de polícia das Forças Armadas. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Campus Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2017.

FIUZA NETO, Miguel. **Inteligência**: problema ou solução? Rio de Janeiro: ECEME, 17 maio 2021. Disponível em: <http://ompv.eceme.eb.mil.br/conflitos-belicos-e-terrorismo/doutrina-militar/394-int>. Acesso em: 30 jun. 2023.

HAAG, Carlos. A floresta verde-oliva: estudos analisam pensamento militar sobre a Amazônia. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 144, p. 83-85, fev. 2008.

IBAMA. **Sobre o Ibama**. Brasília, DF: Ibama, 16 set. 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/sobre-o-ibama>. Acesso em: 03 jun. 2023

MACHADO, Lia *et al.* O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. **Território, População e Desenvolvimento**, p. 51-76, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/1963113/O_Desenvolvimento_da_Faixa_de_Fronteira_uma_proposta_conceitual-metodol%C3%B3gica. Acesso em: 30 jun. 2023.

MARINHO, Cleber Pereira. Manaus, 12 jul. 2023. Entrevista concedida a Thomás Baptista Rocha Corrêa Soares.

MORAES, Bernardo de Oliveira de. Manaus, 05 jul. 2023. Entrevista concedida a Thomás Baptista Rocha Corrêa Soares.

MOREIRA, Leandro Marinho. Manaus, 12 jul. 2023. Entrevista concedida a Thomás Baptista Rocha Corrêa Soares.

OLIVEIRA, Elisanaluz Ramos de. Forças Armadas preparam tropas para ampliar atuação na Operação “Ágata Conjunta”. **Agência Marinha de Notícias**, Brasília, DF, 06 maio 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-lanca-agencia-de-noticias>. Acesso em: 02 jul. 2023.

PROCÓPIO, Argemiro. **Destino amazônico**: devastação nos oito países da Hiléia. São Paulo: HUCITEC, 2005

SÁ, Jorge Henrique Correia. Ladário, 01 jul. 2023. Entrevista concedida a Thomás Baptista Rocha Corrêa Soares.

SANTANA. Operação Ágata. **PMB Notícias**, São Paulo, 08 abr. 2021. Disponível em: <https://pmbnoticias.com/operacao-agata/>. Acesso em: 18 maio 2023.

STRICKLER, Ted. Interagency cooperation: quo vadis? **InterAgency Journal**, Kansas, v. 1, n. 1, p. 3-9, Fall 2010.

TEMER vai substituir programa de fronteira criado pelo governo Dilma. **Época Negócios**, Rio de Janeiro, 16 nov. 2016. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/11/temer-vai-substituir-programa-de-fronteira-criado-pelo-governo-dilma.html>. Acesso em: 14 maio 2023.

ANEXO A

Matriz de Maturidade de Coordenação Interinstitucional

QUADRO 1

Matriz de Maturidade de Coordenação Interinstitucional

Níveis de Maturidade Interagência	Elementos básicos que contribuem para o Nível de Maturidade geral interagências				
	Relações Interagências	Acesso à informação	Objetivos das Agências	Atitudes das Agências	Processos Interagências
Básico (Consulta)	Mínimo	Restrito: briefings limitados às ações em curso	Independente, frequentemente conflitantes	Auto Absorvido	Esporádico
Elementar (Cooperação)	Pessoal	Limitado: informação compartilhada para reduzir conflitos e não haver interferências	Independente, mas cientes dos objetivos das demais agências	Relacionamentos amigáveis podem ser úteis	Não estruturado
Intermediário (Coordenação)	Organizacional	Expandida: disposição de compartilhar planejamentos futuros e adquirir apoio mútuo	Independente, mas alinhados com os objetivos das demais agências	Relacionamentos amigáveis são essenciais	Organizado
Avançado (Colaboração)	Institucional	Extensiva: o fluxo de informação suporta todo o ciclo de planejamento e operações integradas	Mútuos e reforçador	Não se pode agir sozinho	Sistemático

Fonte: STRICKLER, 2010, p. 7, tradução nossa.

ANEXO B

Entrevistas

Entrevista nº 1

MOREIRA, Leandro Marinho. Manaus, 12 jul. 2023. Entrevista concedida à Thomás Baptista Rocha Corrêa Soares.

Visando a colher subsídios e informações relevantes para a dissertação a ser elaborada pelo CF Thomás Baptista no que tange ao emprego dos meios navais em operações interagências, tendo como objeto a Operação Ágata Amazônia 2023 – Comando Conjunto Uiara, solicito que seja respondida a entrevista com os seguintes questionamentos:

1 – Qual a atual função do Senhor no âmbito do Comando do 9º Distrito Naval e qual a função e a seção que o senhor exerceu e pertenceu no Estado Maior Conjunto Uiara, em 2023?

Sou o Capitão de Fragata Fuzileiro Naval Leandro Marinho Moreira, atualmente sou o Comandante do 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas e exerci a função de Chefe do Estado-Maior da Força Naval Componente.

2 – Além da Marinha, Exército, Força Aérea, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), da Polícia Federal, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), da Fundação dos Povos Indígenas (FUNAI), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e da Secretaria de Saúde Indígena, mais alguma agência participou da Operação?

Sim, a Companhia de Operações Especiais da Polícia Militar do Amazonas (COE-PMAM).

3 – A Receita Federal do Brasil atuou ou contribuiu de alguma forma nesta Operação?

Sim, a Receita Federal cedeu roupas apreendidas de contrabando para doação às comunidades ribeirinhas por ocasião das ACISO.

4 – A Polícia Rodoviária Federal participou desta operação?

Não.

5 – Por ocasião da preparação, planejamento e execução da Operação, como o senhor enxerga o nível de integração com o Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN, bem como o nível de qualidade e fluidez de informações advindas desta integração? Como ocorreu este fluxo de informações? Existe necessidade de melhoria?

A interação e troca de informações entre os órgãos e agências participantes ocorre de maneira bastante intensa na região amazônica, mas de maneira informal. No entanto, há espaço para melhoria no que diz respeito ao SISBIN, pois a elevada rotatividade dos agentes que compõem ABIN (órgão central do sistema) acaba ocasionando certa letargia e reduz a eficiência da rede de colaboradores institucionais. Na maioria das vezes, o compartilhamento de dados de inteligência se dá por meio de reuniões bilaterais e pela confiança mútua desenvolvida entre as pessoas representantes.

6 – Na estrutura do Estado Maior Conjunto, no que tange as informações de inteligência, como fluíam as informações de inteligência? Durante a fase de execução, como as informações de inteligência eram transmitidas e recebidas pelo EMCj para as demais agências governamentais e não governamentais? Elas foram eficazes? Houve alguma dificuldade ou fator facilitador que beneficiou a fluidez de informações na fase de execução?

As informações fluíram pelo canal técnico de dados já existente na MB e eram compartilhadas com os participantes a bordo dos navios por meio das Reuniões Diárias de Situação. Semelhantemente, as agências participantes acessavam seus sistemas e compartilhavam os dados recebidos com o Estado-Maior da FNC.

Não havia um canal seguro em comum às agências participantes, logo as trocas de informação ocorreram de forma manual.

7 – O senhor poderia informar se por ocasião da operação houve alguma tentativa de diálogo ou solicitação do Comando do 9º Distrito Naval aos países fronteiriços amazônicos, via EMA ou Ministério das Relações Exteriores, para se estabelecerem ações coordenadas a partir de cada Estado (dentro de cada divisa), na busca de uma cooperação internacional em prol de resultados mais promissores para a operação? Ao menos buscou-se obter informações de inteligência com países vizinhos, visando melhores resultados da operação em pauta?

Sim. O Com9ºDN conduziu reuniões de atualização de inteligência com os Comandos correspondentes do Peru e da Colômbia visando ampliar a consciência situacional para a operação, mas não foram realizadas ações cinéticas coordenadas com esses países (pelo menos que eu tenha conhecimento).

8 – Como o senhor considera o nível de compartilhamento das informações de inteligência entre as agências participantes, tanto no período de planejamento e quanto na execução? Havia proatividade e iniciativa, por parte de todas as agências participantes, para o compartilhamento das informações, bem como a preocupação de transmiti-las para prover um melhor resultado para a operação? Citar as agências proativa e reativas. As informações recebidas foram relevantes, inéditas e contribuíram para o planejamento e execução da operação? Existiu algum fator facilitador para a recepção e transmissão das informações entre a Marinha e as demais agências? Como as informações interagências fluíam?

Na fase de planejamento esse compartilhamento ocorreu somente no nível do Comando Conjunto, restando o contato direto com as agências no nível tático somente durante a execução. No caso concreto da Força Naval Componente (FNC), no nível tático, é possível afirmar que houve proatividade dos agentes participantes e significativo interesse para buscar bons resultados para a operação. As informações fluíam conforme mencionado na resposta à pergunta nº6.

9 – Foi constatada alguma deficiência nos setores de inteligência de algumas das agências participantes que vieram a degradar o sucesso das operações? Quais agências?

Todas as agências tiveram total dependência logística dos meios das Forças Armadas.

10 – Com relação às tarefas e metas das agências participantes, governamentais e não governamentais, durante o planejamento e a execução, o senhor pode observar se os interesses individuais se sobressaíam diante dos interesses comuns, para o atingimento do propósito da missão? Com quais agências isto ocorreu? Entre conflitantes, independentes, alinhados ou convergentes como o senhor o classificaria os interesses individuais das Agências?

Inicialmente, foi possível observar interesses conflitantes entre o papel exercido pela MB no campo da Autoridade Marítima (AM) sobre a qual repousa a responsabilidade pela segurança do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar versus o papel de fiscalização e repressão a crimes ambientais exercido pelo IBAMA. Isso porque este último atua na destruição de dragas de garimpo que por vezes poderão ocasionar algum perigo à navegação e ir de encontro com o papel da AM. Esse impasse foi contornado por meio da elucidação mútua das responsabilidades e busca por uma atuação e análise conjunta dos casos que a destruição viesse a comprometer a segurança da navegação.

11 – No que se refere ao relacionamento da Marinha do Brasil com as agências participantes e vice-versa, sob a ótica da Seção a qual o senhor pertenceu, havia algum tipo de rejeição entre agências, foram amistosas e não essenciais, foram amistosas e essenciais ou amistosas e interdependentes durante a fase de planejamento e execução? Poderia citar quais delas e quais tipos de relação obtiveram?

As relações da FNC com as agências participantes (PF, CENSIPAM, ABIN, IBAMA, ICMBio, FUNAI e COE) foram bastante profícuas e amistosas durante a operação.

12 – Pelo que foi observado durante a operação em pauta, qual o nível de comprometimento geral o senhor observou da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), da Polícia Federal, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), da Fundação dos Povos Indígenas (FUNAI), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)? O senhor visualiza alguma melhoria para cada uma dessas agências ou todas demonstraram pleno comprometimento?

A PF e CENSIPAM, pleno comprometimento, a ABIN, atuação voltada para coleta de dados e a FUNAI, o IBAMA e o ICMBio, atuação voltada para ações de repressão.

13 – O senhor poderia citar exemplos nos quais as informações de inteligência alcançaram êxitos durante a operação? Citar de qual agência foi originada a informação bem como o resultado tangível e intangível obtido.

Os dados conhecidos e levantados sobre indícios de entrepostos de entorpecentes localizados na Comunidade Indígena do Roçado situada no rio UNEIUXI e na pista de pouso clandestina PCC City situada no rio URUBAIXI resultaram na apreensão de cerca de 900 kg de drogas, perfazendo dois terços do total apreendido em toda a operação.

No mesmo diapasão, os dados compartilhados pelo sensoriamento remoto do CENSIPAM e aeronaves da FAC acerca de dragas de garimpo ilegal resultaram na destruição de 35 dragas.

A estimativa total de prejuízo direto causado às atividades ilícitas foi superior a 200 milhões de reais.

14 – Pelo que foi observado pelo Senhor a frequência com que as Operação Ágata - Comando Conjunto Amazônia, vem ocorrendo é suficiente para a mitigação, neutralização ou extinção dos ilícitos que ocorrem na faixa de fronteira ou nas águas interiores da Amazônia Ocidental brasileira?

Creio que no longo prazo a frequência atual produzirá o efeito desejado de redução dos crimes transfronteiriços a níveis satisfatórios, uma vez que o aprendizado acumulado tende a aumentar a eficiência dessas operações.

Entrevista nº 2

MARINHO, Cleber Pereira. Manaus, 12 jul. 2023. Entrevista concedida à Thomás Baptista Rocha Corrêa Soares.

Visando a colher subsídios e informações relevantes para a dissertação a ser elaborada pelo CF Thomás Baptista no que tange ao emprego dos meios navais em operações interagências, tendo como objeto a Operação Ágata Amazônia 2023 – Comando Conjunto Uiara, solicito que seja respondida a entrevista com os seguintes questionamentos:

1 – Qual a atual função do Senhor no âmbito do Comando do 9º Distrito Naval e qual a função e a seção que o senhor exerceu e pertenceu no Estado Maior Conjunto Uiara, em 2023?

Sou o Capitão de Fragata Fuzileiro Naval Cleber Pereira Marinho, trabalho no Comando do 9º Distrito Naval e atuo como Encarregado da Seção de Inteligência. Na Operação Ágata Amazônia 2º Trimestre 2023 (Operação “UIARA”), exerci a função de Chefe da Célula de Inteligência (D-2) no Comando Operacional Conjunto.

2 – Além da Marinha, Exército, Força Aérea, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), da Polícia Federal, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), da Fundação dos Povos Indígenas (FUNAI), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e da Secretaria de Saúde Indígena, mais alguma agência participou da Operação?

Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM).

3 – A Receita Federal do Brasil atuou ou contribuiu de alguma forma nesta Operação?

Não.

4 – A Polícia Rodoviária Federal participou desta operação?

Não.

5 – Quais agências contribuíram mais com informações relevantes e inéditas que orientaram as ações?

Na fase do Controle da Ação Planejada (execução) no nível operacional, as principais informações foram obtidas pelas próprias forças componentes. Na questão do Garimpo Ilegal, as aeronaves da FAB tiveram importante papel no reconhecimento na calha dos rios principais para identificação de áreas de concentração de dragas. Quanto ao tráfico de drogas, as principais informações foram obtidas por tropas da MB e do EB desdobradas no terreno.

Durante o planejamento o tráfego de mensagens durante fluiu normalmente pelo sistema eletrônico utilizado pelo Sistema Brasileiro de Inteligência.

6 – Os agentes da ABIN contribuíram no tático orientando as ações ou só acompanharam?

Eles embarcaram uma equipe com drone, equipamento que auxilia, embora com alcance limitado, na identificação de dragas do garimpo.

7 – Como o senhor considera o relacionamento com a ABIN (eles são proativos e prestam informação sem senhor pedir, ou há a necessidade de demandá-los)? Existe alguma amizade com eles ou com algum agente de lá que facilita a confiança mútua?

Conforme comentado anteriormente, a relação é diferente com cada uma das Superintendências Estaduais (SE). No caso da SE do AM, eles são sim proativos, enviando relatórios e alertas com certa regularidade. Existe uma relação muito próxima e de estreita confiança nesse caso, porém às informações recebidas, embora acrescentassem valor não trouxeram novidades ao que já constava nos bancos de dados do Comando Conjunto

8 – Eles possuíam e demonstraram objetivos comuns na operação?

Eles apresentaram objetivos alinhados e disponibilidade em apoiar no que fosse necessário.

9 – As atitudes foram de cooperação?

Sim.

10 – Houve dificuldade de transmissão e recebimento de dados de Intel entre o CCJ e FNC/FTC/FAC/OPESP e AGÊNCIAS na fase de execução? Por onde fluíram? Precisa melhorar?

Sim, houve dificuldade, particularmente por não existir um canal e uma criptografia comum às três Forças Singulares e o MD. Na operação foi disponibilizado e-mail zimbra “GLO” para assuntos de inteligência para cada FCte (FNC, FAC, FTC e FCOpEsp), o que mitigou a questão do canal seguro, e foi possível realizar contato (transmitir documentos, notificação automática de recebimento ou receber documentos) com as células de inteligência das Forças Componentes (FCte), exceto as células da Força Aérea de Combate (FAC) e do Força Conjunta de Operações Especiais (FCOpEsp) que por motivos desconhecidos não utilizaram canal disponibilizado. A questão da criptografia, entretanto, seguiu deficiente sendo necessária a utilização de meios de fortuna (contêineres e tabelas de senha).

O zimbra GLO tem sido utilizado, concomitantemente com o Portal de Inteligência Operacional (PIOp/MD), sistema que emprega computadores conectados entre si (INTRAER, EBNET ou RECIM) e a rede SISCOMIS que prove criptografia de alto desempenho e possibilita o contato com os Comando Militares de Área. Entretanto este canal não alcança níveis abaixo desses grandes Comandos e não são portáteis.

Conforme demonstrado na figura abaixo, cada Força Armada possui seu canal específico para trâmite de documentos de inteligência.

11 – O CENSIPAM contribuiu com quais informações de INTEL?

Sim, com maletas de comunicações e imagens satelitais.

Entrevista nº 3

AMORIM, Charles Reis de. Manaus, 01 jul. 2023. Entrevista concedida à Thomás Baptista Rocha Corrêa Soares.

Visando a colher subsídios e informações relevantes para a dissertação a ser elaborada pelo CF Thomás Baptista no que tange ao emprego dos meios navais em operações interagências, tendo como objeto a Operação Ágata Amazônia 2023 – Comando Conjunto Uiara, solicito que seja respondida a entrevista com os seguintes questionamentos:

1 – Qual a atual função do Senhor no âmbito do Comando do 9º Distrito Naval e qual a função e a seção que o senhor exerceu e pertenceu no Estado Maior Conjunto Uiara, em 2023?

Eu sou o Capitão de Fragata Charles Reis de Amorim, e exerço o cargo de Chefe do Estado-Maior do Comando da Flotilha do Amazonas. Participei do Estado-Maior Conjunto da Operação Ágata Amazônia 2023 (Operação UIARA) na função de chefe da célula D5 – Planejamento.

2 – No que tange a operação em pauta, qual foi o teatro de Operações e quais os meios empregados pela Marinha do Brasil?

O teatro de operações abrangeu a área da região amazônica, cujo seu extremo sul foi limitado pela calha do Rio Içá e o trecho da calha do Rio Solimões compreendido entre Santo Antônio do Içá-AM e Coari-AM; o extremo norte da área foi limitado pelo paralelo que passa pelo 6º PEF de Pari-Cachoeira até atingir o Rio Demini ao norte de Barcelos-AM; o extremo leste foi limitado pela calha do Rio Demini, nas proximidades de Barcelos-AM, e o meridiano no sentido sul até atingir a cidade de Coari-AM; e, o extremo oeste da área compreendia a fronteira com a Colômbia.

Essa área abrangia as cidades de São Gabriel da Cachoeira-AM, Santa Isabel do Rio Negro-AM e Barcelos-AM, ao longo do Rio Negro, e as cidades de Maraã-AM e Japurá-AM, ao

longo da calha do Rio Japurá. O esforço principal, fase decisiva da operação, ocorreu nesses dois rios, áreas focais de ilícitos.

A Marinha do Brasil empregou, apesar das avarias, todos os meios do Comando da Flotilha do Amazonas que se encontravam disponíveis: NPaFlu Raposo Tavares, NPaFlu Pedro Teixeira, NPaFlu Roraima, NPaFlu Amapá, NPaFlu Rondônia, NAsH Oswaldo Cruz, NAsH Carlos Chagas e NAsH Doutor Montenegro. Além dos Navios, houve o emprego das lanchas Aruanã, DGS e Lanchas de Ação Rápida (LAR).

3 – Além da Marinha, Exército, Força Aérea, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), da Polícia Federal, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), da Fundação dos Povos Indígenas (FUNAI), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e da Secretaria de Saúde Indígena, mais alguma agência participou da Operação?

A Companhia de Operações Especiais (COE) da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

4 – Como se encontrava estruturado o Comando Conjunto Uira bem como o seu Estado Maior? O senhor poderia informar onde as agências encontravam-se nesta estrutura e como estavam estruturadas?

Além do Comandante Operacional e do Chefe do Estado-Maior Conjunto (ChEM), a estrutura continha as seguintes células:

- D1/4 – Pessoal e Logística; D2 – Inteligência; D3 – Operações; D5 – Planejamento; D6 – Comando e Controle; D7 – Comunicação Social; D8/9 - Operações de Informação e Assuntos Cíveis; e, D10 – Administração Financeira.

Durante a fase de planejamento, apesar de ter sido solicitado a participação das agências na estrutura, por meio do Centro de Coordenação Civil-Militar (C³M), atrelado à célula D8/9, as agências não fizeram parte da composição do Estado-Maior e nem foi estabelecido o C³M. Ocorreram apenas três reuniões com os membros das agências. Durante o planejamento, onde houve o convite para participarem da fase de execução embarcados dos meios operativos da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro; e, durante a execução para

solicitarmos alvos nas proximidades de Manaus-AM, não havendo troca de informações de relevado interesse.

Foi implementada, também, uma Assessoria de Assuntos Institucionais para divulgação de matérias nas mídias.

5 – O senhor poderia informar a área de atuação dos meios da Marinha do Brasil e como eles foram empregados com as demais agências? Onde se estabeleceu o Comando Conjunto na fase de planejamento e de execução? Durante o planejamento todas as agências se fizeram presentes no Estado Maior Conjunto e contribuíram concretamente com ele? E na fase execução, as agências estiveram presentes no Estado Maior Conjunto estabelecido? Qual foi a cinemática da operação?

Durante o desdobramento dos meios da Marinha do Brasil, um NAsH e um NPaFlu realizaram dissimulação na região da tríplice fronteira, em Tabatinga-AM, e, em Jutai-AM, no Rio Solimões.

Na fase decisiva, as agências foram empregadas compondo as equipes operativas, as quais integravam representantes de diferentes agências para uma finalidade específica de acordo com sua tarefa, dos NPaFlu ao longo da calha dos Rios Negro e Japurá, e seus afluentes.

O Comado Conjunto, durante a execução, foi estruturado nas dependências do Comando do 9o Distrito Naval.

As agências não se fizeram presentes no Estado-Maior Conjunto, ocorrendo participação apenas durante as três reuniões, duas no planejamento e uma na execução.

A cinemática se desenvolveu inicialmente com o desdobramento dos meios e a realização de dissimulação, as fases decisivas ocorreram nas calhas dos Rios Negro e Japurá, onde foi atingido o centro de gravidade, e, ao fim, houve a reversão dos meios.

A FUNAI, atuava a partir de apoio de embarcações da Marinha nas comunidades indígenas por ocasião da operação.

Com as informações de Forças Componentes as equipes operativas com militares da MB, EB, IBAMA, ICMBio, PM-AM e PF efetuavam as apreensões e as remetiam para os meios Navais. O que não podia ser transportado, por lancha ou helicóptero até o navio, era queimado no próprio local. Quando ocorria prisão de indivíduos, eles escoltados pelas equipes operativa até as delegacias das cidades mais próximas.

6 – Como se sucederam as tratativas para que as agências tanto governamentais e como não governamentais fossem convocadas a participar da Operação? Existe alguma relação de amizade ou companheirismo profissional entre os membros da Marinha do Brasil e as demais agências que participaram da Operação e que facilitou esta tratativa? Caso afirmativo, com quais agências?

As tratativas para as agências participarem da operação ocorreram por meio de convites. Não ocorreu vínculos de amizade e companheirismo profissional entre os militares da Marinha do Brasil e os membros das agências participantes.

Apenas o Exército e a Força Aérea demonstraram fortes relações institucionais, se integraram e interagiram de forma sólida. Fato justificado por integrarem o Comando Conjunto, operarem juntos desde sempre e por comporem o MD.

7 – Como o senhor considera o nível de compartilhamento das informações entre as agências participantes, tanto no período de planejamento e da execução? Havia proatividade e iniciativa, por parte de todas as Agências participantes, para o compartilhamento das informações, bem como a preocupação de transmiti-las para prover um melhor resultado para a operação? As informações transmitidas foram relevantes, inéditas e contribuíram para o planejamento e execução da operação? Existiu algum fator facilitador para a transmissão das informações entre a Marinha e as demais agências? Como as informações fluíram?

O nível de compartilhamento de informações considero como básico, sem nenhum recurso de integração. O intercâmbio de informações foi restrito aos briefings durante as ações em curso, bem como limitado para reduzir conflitos e não haver interferências. Ou seja, as relações interagências foram mínimas e pessoais, restringidas às equipes operativas, no nível tático, e reuniões, no nível operacional.

Não ocorreu proatividade para o compartilhamento de informações, nem por parte dos militares, que tinham receio de haver vazamentos, e nem por parte das agências.

Não existiu nenhum fator facilitador para a transmissão das informações entre a Marinha e as demais agências.

As informações fluíram durante as reuniões e nas equipes operativas, por meio de conversas e relacionamento interpessoal.

8 – Com relação às tarefas e metas das agências participantes, governamentais ou não governamentais, durante o planejamento e a execução, o senhor pode observar se os interesses individuais se sobressaíram diante dos interesses comuns para o atingimento do propósito da missão? Com quais agências isto ocorreu? Entre conflitantes, independentes, alinhados ou convergentes como o senhor o classificaria os interesses individuais das Agências?

Eu não tive muito contato com as agências, apenas participei das reuniões como ouvinte. O ponto de contato com seus membros foi a célula D8/9 e o chefe da célula era o Tenente Coronel Moraes.

Em relação aos interesses comuns para o atingimento do propósito da missão, é importante ressaltar que nas Operações Interagências, o papel das Forças Armadas é em apoio às agências participantes, visto que estas instituições são os órgãos que possuem atribuição primária para repressão e prevenção de crimes no território brasileiro, águas interiores e no mar territorial, bem como possuem as funções de polícia marítima e ambiental. E o fato de excluí-las do processo decisório nas Operações Ágata, de certa forma, pode causar um pouco de desconfiança e constrangimento, já que não fazem parte da composição do Estado-Maior Conjunto.

Outro aspecto, é que não me recordo de nenhuma Operação Ágata, ao longo dos anos, que tenha tido a participação das agências no Estado-Maior Conjunto, além da implementação do Centro de Coordenação Civil-Militar.

Por exemplo, é a Polícia federal que, pela Constituição Federal/1988, destina-se a prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e descaminho; já o IBAMA exerce a função de polícia ambiental e tem o dever de inutilizar/destruir dragas usadas em garimpo ilegal; e, as polícias militares estaduais são os órgãos de segurança pública que possuem atribuição primária para prevenção e repressão de crimes em águas interiores.

Desta forma a polêmica de anos anteriores sobre a destruição das dragas ilegais não ocorreu em 2023. As Forças Armadas proveram logisticamente apoio para que as agências

cumprissem suas atribuições (IBAMA e ICMBio). Assim, dragas ilegais e estruturas de apoio foram destruídas pelos agentes do IBAMA a luz do decreto¹⁶ federal.

Face ao exposto é fundamental que haja um alinhamento de interesses e não tentativas de evidenciar a imagem de uma instituição em relação às demais, assim como que sejam respeitadas as atribuições definidas em leis específicas e na Constituição Federal. Nunca se deve excluir das decisões aquelas agências que possuem atribuições determinadas por normas jurídicas, já que o emprego das Forças Armadas em Operações Interagências é subsidiário. A partir do momento que os interesses se alinham e que sejam respeitadas as atribuições, as Operações sempre se tornam um sucesso.

9 – No que se refere ao relacionamento da Marinha do Brasil com as agências participantes e vice-versa, havia algum tipo de rejeição, foram amistosas e não essenciais, foram amistosas e essenciais ou amistosas e interdependentes durante a fase de planejamento e execução? Poderia citar quais delas e quais tipos de relação obtiveram?

No relacionamento com as agências, foi me relatado que ocorreram divergências entre militares da Marinha do Brasil da F Cj OpEsp e os policiais militares da COE, nas equipes operativas que atuavam no Rio Japurá, o que provocou a saída prematura desses policiais da Operação. Nesse aspecto, ressalto que as polícias militares estaduais são os órgãos de segurança pública que possuem atribuição primária para prevenção e repressão de crimes em águas interiores.

10 – No que se refere a Operação Ágata Conjunta Amazônia, como o senhor avalia a frequência de participação das agências governamentais e não governamentais participantes? Elas sempre estão dispostas em participar? Poderia citar quais? Quais fatores são limitadores para uma frequência contínua?

A participação das agências nas Operações Ágata Conjunta Amazônia depende de convites, já que são operações de cunho militar. Quando há disponibilidade de pessoal e

¹⁶ Art. 111 do Decreto Federal nº 6.514/2008, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, 2008a).

alinhamento de interesse comuns, as agências sempre ficam dispostas a participar, a exemplo do IBAMA, FUNAI, Polícia Militar, Polícia Federal, ICMBio, CENSIPAM e ABIN.

Como limitadores ao esforço interagências vislumbro o conflito de interesses, a disponibilidade de recursos humanos e deficiência de equipamentos por parte das agências, assim como a falta de interoperabilidade entre os militares e civis.

Verifica-se pouca presença física dos agentes públicos na Amazônia. Apenas como exemplo, no estado do Amazonas, tal deficiência de pessoal pode ser verificada nas páginas de alguns órgãos na rede mundial de computadores, a exemplo do IBAMA, que possui superintendência na capital do estado do Amazonas e todas as unidades técnicas, no interior, encontram-se fora de operação por vacância de cargos. A PF possui apenas superintendências e delegacias em Manaus-AM e Tabatinga-AM. E, a Agência Nacional de Mineração (ANM) possui estruturas somente em Manaus-AM.

Esses aspectos implicam somente no embarque desses agentes em alguns navios, o que permite a troca de experiências operativas e o apoio logístico e de segurança às atividades dos órgãos participantes, no entanto de forma pontual e não integrada.

11 – Pelo que foi observado pelo Senhor a frequência com que a Operação Ágata Conjunta acontece é suficiente para a mitigação, neutralização ou extinção dos ilícitos que ocorrem Amazônia ocidental brasileira, em sua plenitude advindos da tríplice fronteira?

O aumento da frequência das Operações Ágata Conjunta não será suficiente para mitigação dos ilícitos na Amazônia Ocidental, visto que este dever é dos Órgãos de Segurança Pública e de Fiscalização e não das Forças Armadas.

É importante um empenho mais coletivo das instituições para encararem todos os obstáculos existentes, como o compromisso e a vontade de se envolverem e o incentivo ao diálogo. Além disso, é fundamental o entendimento e conhecimento do PPIF (Programa de Proteção Integrada de Fronteiras) por todos os órgãos envolvidos.

São indispensáveis o incremento no intercâmbio de informações e a cooperação, integração e interoperatividade constantes com as agências, incluindo maior participação das Forças Armadas no Centro Integrado de Segurança Pública (CIISP) do Estado do Amazonas, no Centro Integrado de Fronteiras e no Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras (GGI-F) do Estado do Amazonas.

Entrevista nº 4

SÁ, Jorge Henrique Correia. Ladário, 01 jul. 2023. Entrevista concedida à Thomás Baptista Rocha Corrêa Soares.

Visando a colher subsídios e informações relevantes para a dissertação a ser elaborada pelo CF Thomás Baptista no que tange ao emprego dos meios navais em operações interagências e as Operações Ágata Amazônia da última década, solicito que seja respondida a entrevista com os seguintes questionamentos:

1 – Qual era função do Senhor no âmbito do Comando do 9º Distrito Naval e qual a função e a seção que o senhor exerceu e pertenceu no Estado Maior Conjunto em alguma Ágata na última década?

Sou o Capitão de Fragata Jorge Henrique Correia de Sá e minha função era de Encarregado da Seção de Operações do Comando do 9º Distrito Naval, entre o período de OUT2020 a ABR2022. Participei de duas Ágatas Conjuntas, nos anos de 2021 (abril), como Chefe da D3, e 2022 (março), como Chefe da D5.

2 – Além da Marinha, Exército, Força Aérea, quais outras agências governamentais e não governamentais participaram ou participavam? Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Receita federal do Brasil (RFB), Polícia Militar – AM (PM-AM) , Polícia Civil -AM (PC-AM), Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), Fundação dos Povos Indígenas (FUNAI), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Secretaria de Saúde Indígena? Como eles atuaram na operação e qual o grau de contribuição para a operação?

Na primeira ocasião, em 2021, participaram a PF, a PM-AM e a PC-AM. Na fase do planejamento, a PM-AM, representada pela sua Companhia de Operações Especiais (COE), contribuiu sobremaneira com o compartilhamento de dados de inteligência. Os demais órgãos

participaram somente realizando as coordenações necessárias com o D9 para a execução em si (locais e efetivo a ser guarnecido, logística de transporte e outros aspectos administrativos). Não pude avaliar pessoalmente o grau de contribuição durante a execução, pois não participei dessa fase, por problemas de saúde. No entanto, após avaliar os resultados tangíveis obtidos, pude constatar que a fração da COE da PM-AM teve papel importante nas apreensões realizadas. Isso se deve ao relacionamento prévio construído durante as Operações Ágata singulares realizadas no decorrer daquele ano e no ano anterior.

Na segunda ocasião, o esforço do Chefe da D9 em articular com os OSP das esferas federal e estadual foi mais intenso, acarretando na participação de um efetivo maior da PF, da PM-AM e da PC-AM. No planejamento, manteve-se o destaque da PM-AM, representada novamente pela COE, com troca de dados de inteligência. Isso foi devido à postura dos demais órgãos em não atender plenamente às demandas de interação com as Forças Armadas. Isso pode ser explicado pelo complexo contexto de atores da área amazônica, o que não necessariamente se encontra em outras regiões da faixa de fronteira terrestre ou marítima no mesmo nível. Durante a execução, apesar da repetição do destaque da COE nas apreensões, houve uma participação notável da PF e da PC-AM na lide com os cidadãos locais da área de operações conjunta.

3 – Por ocasião da preparação, planejamento e execução da Operação, como o senhor enxerga o nível de integração com o Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN , bem como o nível de qualidade e fluidez de informações advindas desta integração? Como ocorreu este fluxo de informações? Existe necessidade de melhoria?

Há um baixo nível de integração, especialmente no que diz respeito aos sistemas de comunicações de inteligência. Nem o órgão central, a ABIN, nem o EMCFA, nem as Forças Singulares conseguem compartilhar os conhecimentos por meio do portal de inteligência operacional (PIOP), por limitações técnicas. Isso causou grandes retardos e prejuízo ao ciclo decisório, pois os dados coletados e procedimentos produzidos, principalmente os relativos à inteligência de imagens (IMINT) precisavam ser trocados por mídias óticas graváveis (DVD) ou dispositivos de memória removíveis. Há necessidade de melhoria, tanto na integração dos sistemas de cada órgão ou Força Singular, bem como na capacidade de volume de trâmite.

4 – Por ocasião da preparação, planejamento e execução da Operação, como o senhor enxerga o nível de contribuição da Receita Federal do Brasil, bem como o nível de qualidade e fluidez de informações advindas desta integração? Existe necessidade de melhoria?

Não houve participação da RFB nas edições em que tomei parte, dentro do período delimitado para a pesquisa.

5 – Na estrutura do Estado Maior Conjunto, no que tange as informações de inteligência, como fluíam as informações de inteligência? Durante a fase de execução, como as informações de inteligência eram transmitidas e recebidas pelo EMCj para as demais agências governamentais e não governamentais? Elas foram eficazes? Houve alguma dificuldade ou fator facilitador (ex: equipamentos de comunicação ou malas fornecidas pelo CENSIPAM ou por outra agência) que beneficiou a fluidez de informações na fase de execução?

Os conhecimentos de inteligência foram trocados manualmente entre os órgãos e Forças Singulares, pois não havia sistema integrado de comunicações que atendesse à demanda do EMCj. Durante a execução, os dados de imagem eram coletados manualmente após as missões da Força Aérea Componente (FAC), extraídos diretamente das aeronaves ou descarregados do sistema da FAC com mídias óticas graváveis (DVD) ou dispositivos de memória removíveis. Foram eficazes, mas pouco eficientes. Os equipamentos de comunicações do CENSIPAM foram utilizados exclusivamente para o comando e controle, principalmente para o escoamento dos sumários diários de situação.

6 – Como o senhor considera o nível de compartilhamento das informações de inteligência entre as agências participantes, tanto no período de planejamento e quanto na execução? Havia proatividade e iniciativa, por parte de todas as agências participantes, para o compartilhamento das informações, bem como a preocupação de transmiti-las para prover um melhor resultado para a operação? Citar as agências proativa e reativas. As informações recebidas foram relevantes, inéditas e contribuíram para o planejamento e execução da operação? Existiu algum fator facilitador para a recepção e transmissão das informações entre a Marinha e as demais agências? Como as informações interagências fluíam?

O nível de compartilhamento de informações ficava restrito à D2. No entanto, o que pude perceber é que, para análise das demais seções do EMCj, os conhecimentos de nível operacional úteis eram provenientes das Forças Singulares, restando aos OSP aproveitar-se do material produzido. Quanto ao conteúdo, em sua maior parte confirmavam os fatos pertinentes já conhecidos, o que colaborava com a execução dos planos. Como não havia sistema de comunicações de inteligência integrado com os OSP, tudo era passado manualmente, nas reuniões de coordenação de inteligência. Os produtos eram apresentados nas reuniões diárias de situação.

7 – O senhor poderia informar se por ocasião da operação ou das operações se houve alguma tentativa de diálogo ou solicitação do Comando do 9º Distrito Naval aos países fronteiriços amazônicos, via EMA ou Ministério das Relações Exteriores, para se estabelecerem ações coordenadas a partir de cada Estado (dentro de cada divisa), na busca de uma cooperação internacional em prol de resultados mais promissores para a operação? Ao menos buscou-se obter informações de inteligência com países vizinhos visando melhores resultados para a operação em pauta?

O Comandante do 9º Distrito Naval possuía autorização delegada pelo EMA para tratar de assuntos fronteiriços de interesse mútuo das marinhas amigas dos países vizinhos. Consequentemente, havia um contato direto entre os Chefes de Operações dos Distritos (ou Departamentos/ Zonas) Navais do Brasil, Colômbia e Peru. Esse estreitamento era mantido e reforçado por conta da execução anual da operação combinada BRACOLPER, inicialmente criada para estreitar os laços entre as marinhas durante as celebrações dos aniversários de independência de cada país, com a visita de navios aos portos fluviais nas ocasiões das datas pátrias. É importante compreender a conexão entre a diplomacia naval, quando ocorrem visitas representativas, sem aparente ganho significativo operacional, com o estabelecimento do vínculo de confiança, ferramenta informacional útil nas operações subsequentes. Entre os anos de 2021 e 2022, a Armada da República da Colômbia (ARC), coordenou a realização de ações repressivas no mesmo espaço temporal que a MB, com resultados positivos para os dois países.

Foram ações sucessivas, acordadas com o Brasil e iniciada pela Colômbia. Logo na sequência a Marinha do Brasil atuou. Se fizeram importantes as ações coordenadas e

sucessivas, pois ao terminar uma operação, a demanda reprimida voltou com alta intensidade, desta forma, ficou mais fácil de se apreender com uma nova operação repentina. A Marinha de Guerra do Peru (MGP) também demonstrou interesse em realizar tal coordenação, mas ficou restrita à execução em aproveitamento das operações BRACOLPER, em vista da escassez de meios e recursos daquela Marinha. As informações de inteligência fluíam durante as visitas previstas em conclaves, por meio do Oficial de Intercâmbio da MB no Comando de Operações Navais da Amazônia (MGP) ou nas operações BRACOLPER, uma vez ao ano. Não havia contato com as marinhas da Bolívia, nem da Venezuela.

Se fez importante as ações coordenadas sucessivas, pois ao terminar uma operação, a demanda reprimida volta com alta intensidade, desta forma, fica mais fácil de se apreender.

8 – Foi constatada alguma deficiência por parte das agências participantes que vieram a degradar o sucesso das operações? Quais agências?

Nenhuma das agências possuía condições logísticas de transporte ou permanência na área de operações, o que tornava evidentemente importante a continuação das operações Ágata, quando as Forças Singulares podem sanar essa deficiência. No entanto, não considero que isso contribuiu para degradar o sucesso das operações. Embora, é claro, se as agências não possuíssem essa deficiência, os resultados poderiam ser muito mais favoráveis.

9 – Com relação às tarefas e metas das agências participantes, governamentais e não governamentais, durante o planejamento e a execução, o senhor pode observar se os interesses individuais se sobressaíam diante dos interesses comuns, para o atingimento do propósito da missão? Com quais agências isto ocorreu? Entre conflitantes, independentes, alinhados ou convergentes como o senhor o classificaria os interesses individuais das Agências?

Todas as agências participantes possuíam o objetivo comum de gerar resultados tangíveis, assim como as Forças Singulares. Os conflitos, quando ocorriam, eram somente pela disputa da responsabilidade do resultado, o que não causava prejuízo ao sucesso da operação. Classifico os interesses de todos os envolvidos como alinhados e positivos. Os órgãos com interesses divergentes não aceitavam o convite de participar da operação. Nessa questão, o

ponto que releva destacar é a polêmica sobre a destruição de dragas de garimpo por incêndio, o que era interesse dos órgãos ambientais (ICMbio, IBAMA) e da PF, mas não possuía amparo nas regras de engajamento previstas para as operações. Com a intervenção do D9, a situação era mantida sob controle.

10 – No que se refere ao relacionamento da Marinha do Brasil com as agências participantes e vice-versa, sob a ótica da Seção a qual o senhor pertenceu, havia algum tipo de rejeição entre agências, foram amistosas e não essenciais, foram amistosas e essenciais ou amistosas e interdependentes durante a fase de planejamento e execução? Poderia citar quais delas e quais tipos de relação obtiveram?

A rejeição de todas as agências de segurança pública era com relação ao Ministério Público. Tal animosidade impedia a participação do MPF/MPE ou das Defensorias Públicas Estaduais (DPE) nas operações, o que poderia contribuir para o desdobramento favorável das apreensões e prisões efetuadas, quando ocorresse a fase processual, na esfera do Poder Judiciário. Nenhum dos participantes da PF, PM-AM ou PC-AM aceitavam participar se houvesse a presença de representante do MPF/MPE/DPE.

11 – Pelo que foi observado durante a operação em pauta, qual o nível de comprometimento geral o senhor verificou em relação às agências governamentais e não governamentais? O senhor visualiza alguma melhoria para cada uma dessas agências ou todas demonstraram pleno comprometimento?

Em geral, com exceção da COE da PM-AM, o nível de comprometimento das agências variava de médio a baixo. Na minha opinião, isso é decorrente da atitude individual dos servidores de cada órgão. Como não há metas a cumprir, nem um sistema integrado que permita avaliar o desempenho de cada servidor, essa questão torna-se algo pessoal. Nesse sentido, enquanto se carece de uma ferramenta de monitoramento que motive os servidores das agências a cumprirem o seu papel de forma comprometida, é possível aperfeiçoar o processo de recrutamento e formação, de forma a captar servidores naturalmente comprometidos.

12 – O senhor poderia citar exemplos nos quais as informações de inteligência alcançaram êxitos durante a operação? Citar de qual agência foi originada a informação bem como o resultado tangível e intangível obtido.

Os produtos de inteligência de imagens providos pelo CENSIPAM ao Com9ºDN para o planejamento de patrulhas navais foram muito úteis para o planejamento das Operações Ágata no que diz respeito ao combate contra o garimpo ilegal de ouro. Decorrente da localização dos pontos de concentração de dragas, foi possível posicionar os meios de forma a coibir a extração durante os períodos das operações. Como se trata de uma atividade de extração mineral, a interrupção causa um prejuízo irreparável, constituindo-se em um resultado intangível significativo. As imagens satélites providas pelo COMAE também contribuíram para a decisão sobre o posicionamento das frações de tropas de operações especiais, que resultaram, ao final da operação Ágata 2022, na prisão de uma liderança importante de organização criminosa atuante na faixa de fronteira, que havia sido dado como morto no ano anterior.

13 – Pelo que foi observado pelo Senhor a frequência e qualidade com que as Operações Ágata - Comando Conjunto Amazônia vem ocorrendo é suficiente para a mitigação, neutralização ou extinção dos ilícitos que ocorrem na faixa de fronteira ou nas águas interiores da Amazônia Ocidental brasileira? Na visão do senhor o que deveria ser melhorado?

As Operações Ágata Conjuntas ocorrem, geralmente, uma vez ao ano por região (marítima, Norte, Oeste e Sul), o que, considerando a sua curta duração, não serve para gerar um resultado duradouro contra as organizações que cometem ilícitos. Na minha visão, tendo em vista o vulto das ocorrências ilícitas, haveria a necessidade de ativar um Comando Conjunto de Proteção da Fronteira Terrestre, com a realização de uma operação permanente de combate a ilícitos ambientais e transfronteiriços na faixa de fronteira terrestre, e um Comando Conjunto de Proteção da Amazônia Azul, aos mesmos moldes. Esse modelo, nada mais seria que a replicação do que já é feito pelo COMAE, com a Operação Ostium, e pelo ComDCiber.

14 – Pelo que foi observado pelo Senhor as Operações Ágata Amazônia Singulares visam a complementar a atuação das Operações Ágata Conjuntas? A frequência e a qualidade

com que as Operações singulares ocorrem é suficiente para a mitigação, neutralização ou extinção dos ilícitos que se fazem presentes na faixa de fronteira ou nas águas interiores da Amazônia Ocidental brasileira? Na visão do senhor o que deveria ser melhorado?

Tanto as operações Ágata singulares quanto as patrulhas navais contribuem muito para complementar as Conjuntas, tanto para a produção de conhecimentos de inteligência, úteis para o planejamento, quanto para mitigar o enfraquecimento dos efeitos gerados pelas operações conjuntas, de maior porte. Na minha visão, a operação Ágata devia ser permanente, pois os agentes adversos são os mesmos, espalhados por todo o território e, por vezes, no exterior. Mas a cada edição da Ágata Conjunta, atua-se como se fosse enfrentado um novo oponente, segmentado por região de operação.

Entrevista nº 5

MORAES, Bernardo de Oliveira de. Manaus, 05 jul. 2023. Entrevista concedida à Thomás Baptista Rocha Corrêa Soares.

Visando a colher subsídios e informações relevantes para a dissertação a ser elaborada pelo CF Thomás Baptista no que tange ao emprego dos meios navais em operações interagências, tendo como objeto a Operação Ágata Amazônia 2023 – Comando Conjunto Uiara, solicito que seja respondida a entrevista com os seguintes questionamentos:

1 – Qual a atual função do Senhor no âmbito do Comando do 9º Distrito Naval e qual a função e a seção que o senhor exerceu e pertenceu no Estado Maior Conjunto Uiara, em 2023?

Sou o Tenente Coronel Francisco Bernardo de Oliveira de Moraes, minha atual função é Chefe da Seção de Doutrina do Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar da Amazônia e exerci como chefe da célula D8/D9 durante a Operação Ágata Conjunta Uiara Amazônia 2023

2 – Além da Marinha, Exército, Força Aérea, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), da Polícia Federal, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), da Fundação dos Povos Indígenas (FUNAI), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e da Secretaria de Saúde Indígena, mais alguma agência participou da Operação?

A Receita Federal do Brasil apenas doou roupas apreendidas, já Polícia Militar do Amazonas (Companhia de Operações Especiais) participou efetivamente.]

3 – Como se sucederam as tratativas para que as agências tanto governamentais e como não governamentais fossem convocadas a participar da Operação? Existe alguma relação de amizade ou companheirismo profissional entre os membros da Marinha do Brasil e

as demais agências que participaram da Operação e que facilitou esta tratativa? Caso afirmativo, com quais agências?

As tratativas foram realizadas inicialmente via ofício e telefonemas. Após a 1ª reunião foram realizadas as interações interpessoais. Uma palestra foi apresentada pelo Chefe Estado-Maior da Op UIARA com a intenção das atividades a serem realizadas e, na sequência foi aberta a palavra aos representantes das agências para poderem explanar sobre suas possibilidades referente à operação. Não existe nenhuma relação de amizade. O que facilitou a tratativa foram as reuniões onde os contatos interpessoais entre os participantes foram estabelecidos.

4 – Como o senhor considera o nível de compartilhamento das informações entre as agências participantes, tanto no período de planejamento e quanto na execução? Havia proatividade e iniciativa, por parte de todas as agências participantes, para o compartilhamento das informações, bem como a preocupação de transmiti-las para prover um melhor resultado para a operação? As informações transmitidas foram relevantes, inéditas e contribuíram para o planejamento e execução da operação? Existiu algum fator facilitador para a transmissão das informações entre a Marinha e as demais agências (ex: Maleta do CENSIPAM, Banda Ku ou X, ou outros dispositivos disponibilizados pelo MD ou pela MB? Como as informações fluíam?

No nível operacional havia proatividade por parte de algumas agências, como por exemplo, IBAMA e ICMBIO. Eles levantavam alvos e informavam ao Comando Conjunto UIARA. Por outro lado, a Polícia Federal e Receita Federal não apresentaram interesse em compartilhar informações. As informações repassadas foram relevantes e indicaram locais para levantamento de alvos pelo C Cj UIARA.

A maleta do CESIPAM foi utilizada e facilitou a transmissão de dados entre as agências com o C Cj UIARA. As informações eram repassadas por meio de dados no Sistema de Comunicações, canal oficial, e também pelos dados móveis de celular por meio da ferramenta WhatsApp.

As demais agências não se manifestavam tanto positivamente quanto negativamente

5 – Com relação às tarefas e metas das agências participantes, governamentais ou não governamentais, durante o planejamento e a execução, o senhor pode observar se os interesses individuais se sobressaíram diante dos interesses comuns para o atingimento do propósito da missão? Com quais agências isto ocorreu? Entre conflitantes, independentes, alinhados ou convergentes como o senhor o classificaria os interesses individuais das Agências em prol da missão?

Em nenhum momento os interesses individuais se sobressaíram.

6 – No que se refere ao relacionamento da Marinha do Brasil com as agências participantes e vice-versa, havia algum tipo de rejeição, foram amistosas e não essenciais, foram amistosas e essenciais ou amistosas e interdependentes, durante a fase de planejamento e execução? Poderia citar quais delas e quais tipos de relação obtiveram?

O relacionamento foi amistoso e essencial. No tocante aos agentes do IBAMA até fundamental para o combate ao garimpo. O apoio da Polícia Federal também foi essencial nos delitos referentes ao tráfico de entorpecentes.

Entrevista nº 6

FERREIRA, Leonardo Faria. Manaus, 05 jul. 2023. Entrevista concedida à Thomás Baptista Rocha Corrêa Soares.

Visando a colher subsídios e informações relevantes para a dissertação a ser elaborada pelo CF Thomás Baptista no que tange ao emprego dos meios navais em operações interagências, tendo como objeto a Operação Ágata Amazônia 2023 – Comando Conjunto Uiara, solicito que seja respondida a entrevista com os seguintes questionamentos:

1 – Qual a atual função do Senhor no âmbito do Comando do 9º Distrito Naval e qual a função e a seção que o senhor exerceu e pertenceu no Estado Maior Conjunto Uiara, em 2023?

Sou o Capitão de Corveta Leonardo Faria Ferreira encarregado da subseção de emprego de meios, e durante a Operação UIARA fui o adjunto do D3, Leonardo Faria.

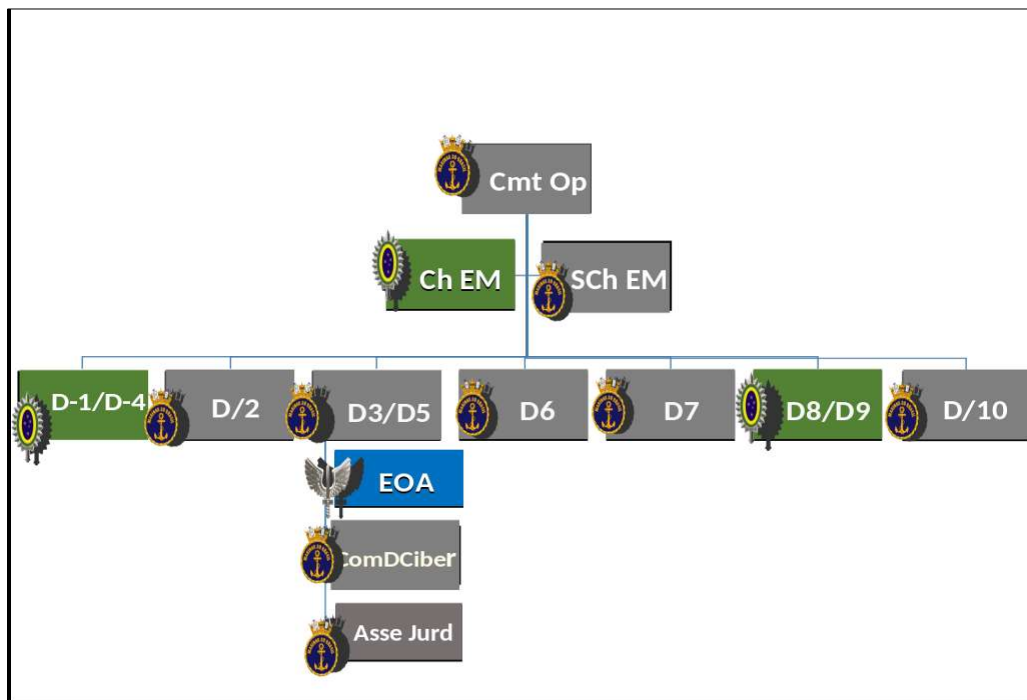
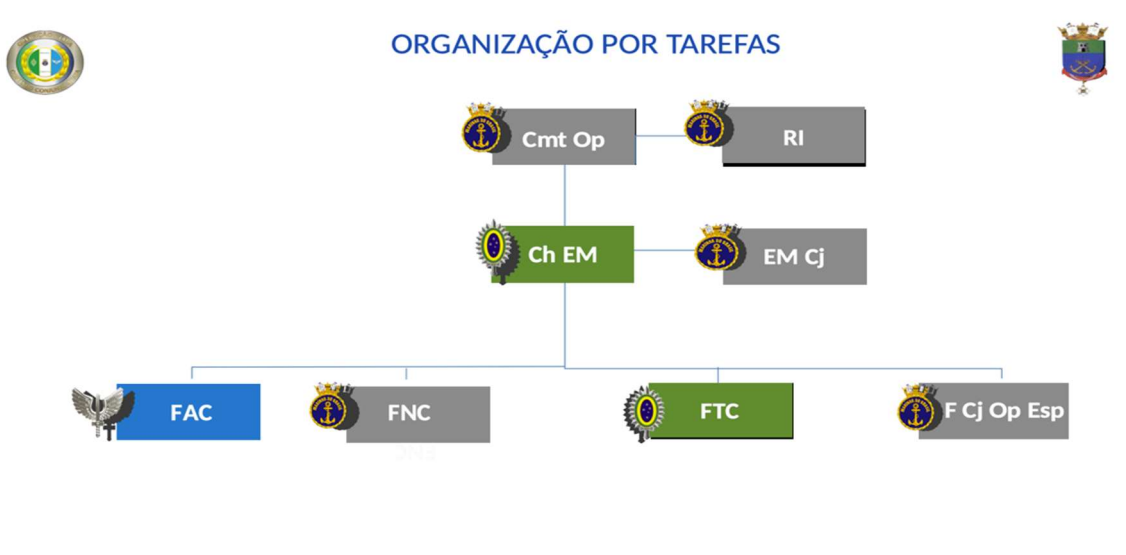
2 – No que tange a operação em pauta, qual foi o teatro de Operações e quais os meios empregados pela Marinha do Brasil?

Foi selecionada uma Área de Operação que envolvia a totalidade dos municípios amazonenses de SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, JAPURÁ, TONANTIS, JUTAÍ, TEFÉ, COARI, SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ, SANTA ISABEL DO RIO NEGRO e BARCELOS, totalizando cerca de 274.000 km².

3 – Além da Marinha, Exército, Força Aérea, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), da Polícia Federal, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), da Fundação dos Povos Indígenas (FUNAI), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e da Secretaria de Saúde Indígena, mais alguma agência participou da Operação?

Sim, Policiais do Comando de Operações Especiais da PMAM e Agentes da Polícia Civil.

4 – Como se encontrava estruturado o Comando Conjunto Uiara bem como o seu Estado Maior? O senhor poderia informar onde as agências encontravam-se nesta estrutura e como estavam estruturadas?



As agências encontravam-se estruturadas na Seção de Assuntos Cíveis em coordenação com a assessoria de Relações Institucionais.

5 – O senhor poderia informar a área de atuação dos meios da Marinha do Brasil e como eles foram empregados com as demais agências? Onde se estabeleceu o Comando Conjunto na fase de planejamento e de execução? Durante o planejamento todas as agências se fizeram presentes no Estado Maior Conjunto e contribuíram concretamente com ele? E na fase execução, as agências estiveram presentes no Estado Maior Conjunto estabelecido? Qual foi a cinemática da operação?

Os meios da FNC atuaram nos eixos do Rio Negro, Japurá e Traíra. Os agentes, após as reuniões de coordenação realizada durante e após a fase de planejamento, foram distribuídos pelos meios navais pelos eixos de atuação conforme a demanda apresentada por cada agência. O Comando conjunto foi estabelecido nas dependências do Comando do 9º Distrito Naval.

Durante a fase de planejamento e execução foram realizadas reuniões de coordenação com as agências e OSP e ambas contribuíram para o atingimento do efeito final desejado da Operação.

O comando do 9º Distrito Naval planejava a Operação desde 2022, realizando reuniões de coordenação e operações singulares para mapear os EEI da AOp. A Operação teve 4 fases distribuídos ao longo de três meses.

6 – Como se sucederam as tratativas para que as agências tanto governamentais e como não governamentais fossem convocadas a participar da Operação? Existe alguma relação de amizade ou companheirismo profissional entre os membros da Marinha do Brasil e as demais agências que participaram da Operação e que facilitou esta tratativa? Caso afirmativo, com quais agências?

As tratativas são iniciadas por meio de convites, e não há nenhum vínculo de amizade com nenhum órgão, apenas o senso comum de combate aos ilícitos e crimes transfronteiriços.

7 – Como o senhor considera o nível de compartilhamento das informações entre as agências participantes, tanto no período de planejamento e quanto na execução? Havia proatividade e iniciativa, por parte de todas as agências participantes, para o compartilhamento das informações, bem como a preocupação de transmiti-las para prover um melhor resultado para a operação? As informações transmitidas foram relevantes, inéditas

e contribuíram para o planejamento e execução da operação? Existiu algum fator facilitador para a transmissão das informações entre a Marinha e as demais agências, ex: Maleta do CENSIPAM, Banda Ku ou X, ou outros dispositivos disponibilizados pelo MD ou pela MB? Como as informações fluíam?

O compartilhamento das informações se deu de forma profissional e seletiva, a maioria das informações repassadas já estavam em nossos bancos de dados, porém algumas contribuíram para atualização da LEA.

Toda informação recebida era analisada pelo estado maior e confrontada com os dados já pré-existentes. Foram empregadas o TMN Ku e as maletas do CENSIPAM, promovendo e contribuindo para manutenção da consciência situacional na AOp.

8 – Com relação às tarefas e metas das agências participantes, governamentais ou não governamentais, durante o planejamento e a execução, o senhor pode observar se os interesses individuais se sobressaíram diante dos interesses comuns para o atingimento do propósito da missão? Com quais agências isto ocorreu? Entre conflitantes, independentes, alinhados ou convergentes como o senhor o classificaria os interesses individuais das Agências em prol da missão?

Não ocorreu nenhum dos casos acima. A FAB provinha informações de Inteligência a Marinha prestava o devido apoio logístico de permanência e traslado e o IBAMA e o ICMBio efetuavam a destruição das dragas e infraestruturas de apoio.

9 – No que se refere ao relacionamento da Marinha do Brasil com as agências participantes e vice-versa, havia algum tipo de rejeição, foram amistosas e não essenciais, foram amistosas e essenciais ou amistosas e interdependentes, durante a fase de planejamento e execução? Poderia citar quais delas e quais tipos de relação obtiveram?

Foram amistosas e complementares a execução das tarefas. Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Polícia Federal, Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), Fundação dos Povos Indígenas (FUNAI), do Instituto Brasileiro de Meio

Ambiente (IBAMA), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), da Secretaria de Saúde Indígena. Relação amistosa.

10 - No que se refere a Operação Ágata Conjunta Amazônia, como o senhor avalia a frequência de participação das agências governamentais e não governamentais participantes? Elas sempre estão dispostas em participar? Poderia citar quais? Quais fatores são limitadores para uma frequência contínua?

Elas participam frequentemente, porém a sua maioria apresenta poucos agentes para suprir a demanda.

11 – Pelo que foi observado pelo Senhor a frequência com que a Operação Ágata Conjunta acontece é suficiente para a mitigação, neutralização ou extinção dos ilícitos que ocorrem Amazônia ocidental brasileira, em sua plenitude advindos da tríplice fronteira?

Em que pese as Operações Ágatas sejam realizadas periodicamente durante o ano, as mesmas não são capazes de mitigar de maneira definitiva os ilícitos, pois as fronteiras na Amazônia Ocidental são difusas e apresentam grande permeabilidade.

ANEXO C

Estrutura do Estado-Maior Conjunto

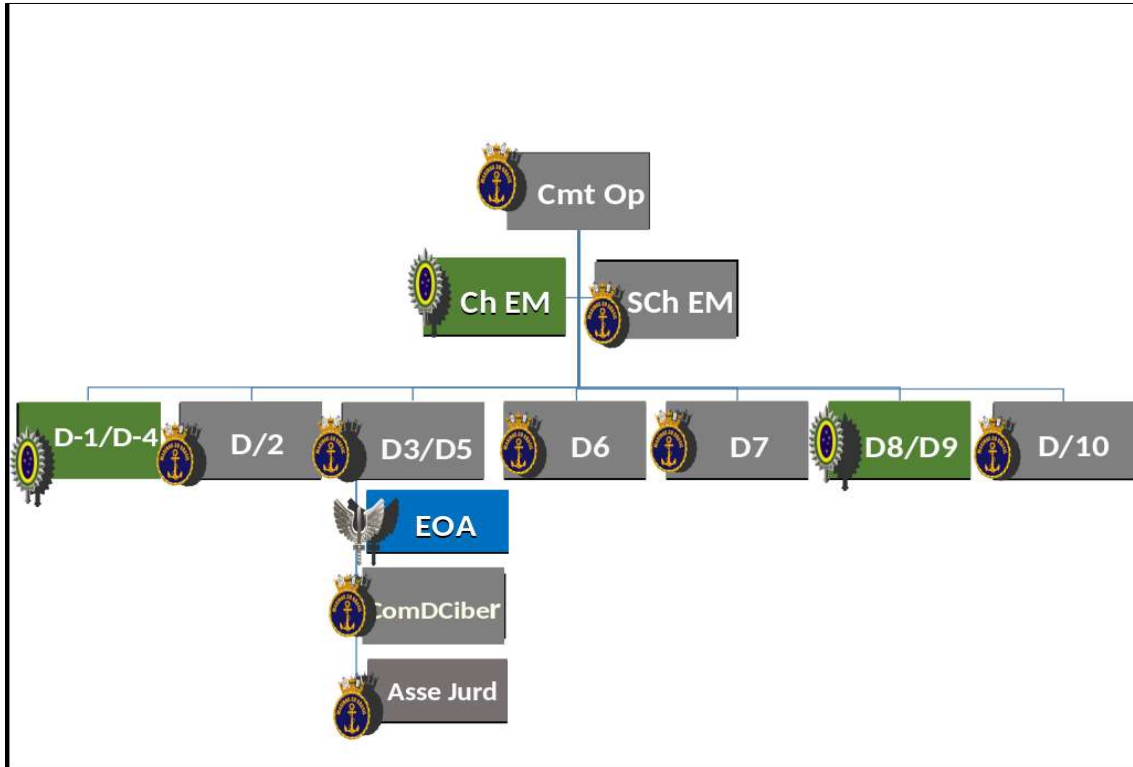


FIGURA 1 – Estrutura do Estado-Maior Conjunto
Fonte: FERREIRA, 2023.

ANEXO D
Lanchas Aruanã



FIGURA 2 – Lanchas Aruanã
Fonte: ALVARENGA; ALVES, 2023.

ANEXO E

Organização por Tarefas do Comando Operacional



FIGURA 3 – Organização por Tarefas do Comando Operacional
Fonte: FERREIRA, 2023.

ANEXO F**Dragas e estruturas de apoio ilegais queimadas e destruídas**

FIGURA 4 – Dragas e estruturas de apoio ilegais queimadas e destruídas
Fonte: ALVARENGA; ALVES, 2023.

ANEXO G
Inteligência, Reconhecimento e Vigilância



FIGURA 5 – Inteligência, Reconhecimento e Vigilância
Fonte: BARROS, 2023.